

**ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

DIREÇÃO: Ondina Gertrudes Annicchino de Campos

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Responsável: Nívia Gordo

Adla Neme

Elisabeth de Camargo Prado

Heloísa Dupas de Oliveira Penteado

Maria Ângela Valim da Silveira

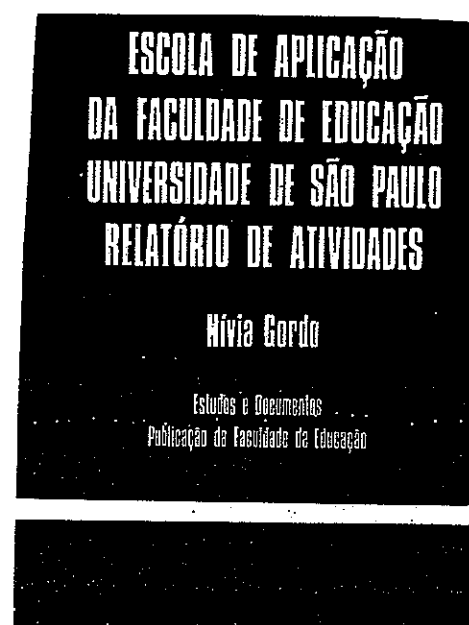
Neuza Rocha Goyano

SECRETARIA:

Responsável: Izabel Augusta Gonçalves Menoita Nogueira

Representante da Direção da FEUSP junto à Escola de Aplicação:

Prof. Dr. José Mário Pires Azanha



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1.	INFORMAÇÕES PRELIMINARES	7
2.	OBJETIVOS DA ESCOLA: alterações feitas	8
3.	REGIMENTO DA EA: alterações feitas	11
4.	SITUAÇÃO DA ESCOLA A PARTIR DE 1980	12
4.1	Estrutura administrativa	12
4.2	O prédio escolar	16
4.3	Estrutura didática	19
4.4	O corpo docente	36
4.5	Corpo discente	37
4.6	Orientação Educacional	38
4.7	Instituições e Atividades Auxiliares e Assistenciais	39
4.8	Estágio	41
4.9	Projetos de Estudos	43

ANEXOS

× n.º 1	Regimento Atual	47
n.º 2	Regimento Antigo	59
n.º 3	Estatuto do Centro Cívico Escolar	73
× n.º 4	Convênio Secretaria de Estado da Educação e Universidade de São Paulo	79
n.º 5	Semana de Planejamento	85
n.º 6	Programas Adotados em 1980.	89
	Comunicação e Expressão	91
	Estudos Sociais	111
	Ciências	115
n.º 7	Calendário	129
n.º 8	Estatutos Sociais da Associação Escola e Lar	137

ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas por esta Escola de Aplicação (EA) no período correspondente aos anos letivos de 1976 a 1980.

O critério adotado para esta delimitação deve-se a duas razões: a) apesar desta escola haver assumido desde 1972 o caráter de escola de aplicação, a explicitação clara de seus objetivos, bem como, a reorganização de sua estrutura e forma de funcionamento ocorreram de fato a partir de 1976; b) a insuficiência de dados anteriores a esta data tornaria difícil, senão inexecutável, um relatório completo das atividades desenvolvidas pela EA desde a época em que ela se transformou em escola de aplicação.

Essa escassez de dados, aliás, já fora constatada em 1968 pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) "Prof. Queiroz Filho", sediado nesta Universidade. A essa época, o referido Centro era a entidade mantenedora desta escola, então Escola de Demonstração do CRPE e mesmo assim ele não pode incluir o relato de suas atividades num de seus estudos por falta de dados. O questionário enviado a EA para a coleta desses dados, foi devolvido em branco ao CRPE com a justificativa de que "a escola passava por uma fase transitória, de reestruturação e reformulação de objetivos, o que a impedia (a Direção) de dar informações precisas sobre o ensino ministrado em 1966".(1)

(1) OSASA, Aico et alii. O esforço de renovação no ensino primário da Cidade de São Paulo. Pesquisa e Planejamento, São Paulo, CRPE, 2 (11): 7-95, dez. 1968.

A transitoriedade a que se fazia alusão correspondeu justamente à fase de mudança por que passava a escola àquela época, ou seja, de Escola de Demonstração do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP para Escola de Aplicação da Faculdade de Educação, uma vez que o referido Centro encontrava-se em processo de extinção e no seu prédio começava a instalar-se definitivamente aquela Faculdade.

Quanto à menção feita à reestruturação desta escola, pelo que se pôde constatar, ela se limitou às medidas legais relativas à alteração da sua denominação e a sua vinculação à Faculdade de Educação. Uma das explicações plausíveis dessa ocorrência parece ser o fato de que naquele período a Faculdade também se encontrava em fase de instalação não sendo esse, portanto, um momento oportuno para uma reorganização técnica e administrativa de uma escola que, até então, vinha sendo mantida pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e dele se desligara sem que houvesse nem mesmo a previsão de verbas para a simples continuidade de sua manutenção.

De qualquer forma, esse conjunto de fatores — falta de informações precisas das atividades desenvolvidas pela escola na década anterior a 1976; inalteração da sua estrutura e forma de funcionamento apesar de ela haver assumido nova característica a partir de 1972 — veio reforçar a decisão de situar este relatório no período de 1976 a 1980, quando se procederam às reformulações julgadas necessárias.

Essas reformulações decorreram de um estudo prévio das condições de funcionamento desta escola e referiram-se aos seus principais aspectos — objetivos, regimento, currículo, programas e situação do pessoal técnico-administrativo, docente e discente. Para maior clareza deste relatório elas serão descritas nos tópicos que seguem.

2. OBJETIVOS DA ESCOLA: alterações feitas

No período anterior a 1976, esta escola tinha por objetivos:

- a) proporcionar escolaridade de elevado padrão a nível de 1º grau, respeitando o que dispõe o artigo 1º da Lei nº 4024/61 e o artigo 1º da Lei 5692/71;
- b) demonstrar e pôr à prova métodos educacionais previstos no planejamento anual e coerentes com o plano geral da Escola;
- c) servir de campo de observação a professores da FEUSP e de estágios a alunos da FEUSP nas condições previstas no planejamento escolar anual". (2)

A vagueza da formulação desses objetivos ("escolaridade de elevado padrão"; "demonstrar e pôr à prova métodos educacionais") dificultava, senão impedia, uma verificação da compatibilidade deles com as atividades efetivamente desenvolvidas pela escola. Além disso, os planos gerais da escola não correspondiam aos referidos objetivos, uma vez que eles não estabeleciam as condições e a forma pelas quais se realizariam os estágios e se procederiam à demonstração e à testagem de métodos educacionais a que a escola se propunha.

(2) Regimento da Escola de Aplicação da FEUSP, proposto em 28/12/74 e aprovado pela Congregação da FEUSP em 30/12/75 e pelo C.E.E. — Parecer 3471 em 19/11/75.

A primeira tarefa, portanto, visou, no início de 1976, à redefinição desses objetivos, de modo a que eles pudessem realmente nortear as atividades da EA, considerada a sua característica de escola de aplicação.

Neste sentido, mais modestamente, foram propostos os seguintes objetivos:

I) – proporcionar escolaridade a nível de 1º grau respeitando o que dispõe o artigo 1º da Lei Federal 4024/61 e os artigos 1º e 17 da Lei Federal 5692/71;

II) – aplicar e avaliar métodos educacionais previstos no Plano Escolar Anual;

III) – servir de campo de estudo a professores da FEUSP e de estágio a alunos da FEUSP nas condições previstas no Plano Escolar Anual.” (3)

Com a modéstia dessa formulação, pretendeu-se afirmar o caráter “comum” da escola em termos da própria rede pública de ensino, apenas diferenciada pela sua subordinação à USP. Com isso, excluía-se do plano as veleidades de “experimentação e renovação pedagógicas” que vagamente incorporaram-se nas pretensões de professores e pais de alunos desde a instalação da escola em 1958. Foi isso que se procurou deixar claro na **Orientação Técnica do Plano Escolar Anual** elaborado em 1976:

“Desde há alguns anos, o interesse e até mesmo a preocupação com a educação vem se acentuando extraordinariamente numa certa camada da população. Como consequência disso tem-se depositado esperanças crescentes e até certo ponto infundadas na ação da escola. Espera-se dela, talvez, o milagre de produzir gerações futuras menos angustiadas e perplexas do que as atuais. Evidentemente, o próprio professor não poderia escapar a esse clima de entusiasmo.

“É nesse quadro, talvez, que se pode compreender a intensa procura de escolas que se anunciam como “escolas renovadas”. Parece até que a renovação pedagógica fará de nossas escolas, instituições capazes de realizar aquilo que as nossas ilusões nos fazem desejar da ação escolar. No entanto, na maior parte das vezes, os resultados práticos têm sido mais escassos do que as esperanças de pais e de educadores. Talvez isso ocorra porque não haja concepções claras e inequívocas do que se chama de “renovação pedagógica”. Muitas vezes, esses esforços de renovação são historicamente desenraizados, revelando um total desconhecimento dos clássicos do pensamento pedagógico, que desde há séculos vêm preconizando medidas que, no entanto, esquecidas ou ignoradas, não são sequer discutidas e experimentadas. Teoricamente desinformado, o esforço de renovação pedagógica se esgota na adoção acrítica de novidades cujo valor educativo é uma incógnita, mas que são alardeadas e difundidas como se delas dependesse todo êxito do ensino. Tudo se passa como se a simples substituição do antigo pela novidade fosse a garantia da excelência pedagógica. Não se trata aqui, evidentemente, de uma

(3) Regimento da Escola de Aplicação da FEUSP, atualmente em vigor, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação em 19/12/79.

exaltação do antigo em detrimento do novo, mas da recusa de tomar a ordem temporal de aparecimento como o critério para apreciar os méritos de uma prática ou de uma concepção. Alguns aspectos desse estilo de renovação são facilmente assinaláveis. Por exemplo: tem-se dado uma exagerada ênfase à importância da criatividade, perdendo-se de vista, muitas vezes, o fato de que a simples originalidade não é algo que tenha um valor intrínseco. É claro que não se deve inculcar um espírito de rebanho mas é claro também que, algumas vezes, a singularidade de um comportamento pode nada ter de criativo e original, mas deveria até ser motivo de preocupação e de medidas preventivas. Do mesmo modo, é preciso que a liberdade do educando seja concebida, no plano individual, como uma complexa exigência interior que deve ser cultivada e estimulada e não apenas confundida com a permissão de uma movimentação física inconseqüente ou inoportuna em face da natureza das atividades. É preciso que professores e alunos compreendam que disciplina nem sempre pode ser entendida como uma restrição a qualquer liberdade, mas apenas como uma condição indispensável de trabalho individual ou coletivo.

“Esta escola se propõe um trabalho diferente desse confuso estilo de renovação que, de prático, se resume em permissões sucessivas e desavisadas, na complacência com os deveres não cumpridos e na tolerância sistemática com a indisciplina. O que visamos é ao desenvolvimento de indivíduos com capacidade de crítica. A capacidade de criticar a si próprio e a sociedade em que vive é o único ponto de apoio firme para desenvolvimento de homens criativos e livres. Contudo, não acreditamos que a capacidade de crítica possa ser diretamente ensinada. Mas acreditamos que ninguém a desenvolverá na ignorância ou no aprendizado insuficiente de um mínimo de acervo cultural da sociedade em que vive. Porque a capacidade de crítica depende, para a sua expressão, do domínio de um instrumental que não se obtém senão pelo estudo intensivo e sistemático. Por isso, o processo de ensino desta escola visará, sobretudo, não ao hipotético desenvolvimento de infáveis hábitos e atitudes, mas à trivial e indispensável transmissão de conhecimentos. Os hábitos e as atitudes que compõem um espírito crítico não se desenvolvem formalmente; por isso a escola que se propõe educar (no sentido de desenvolvimento de hábitos e atitudes) e não instruir (no sentido de aquisição de conhecimentos) persegue um fantasma. Ninguém se educa sem aprender algo, sem se instruir; como também ninguém se instrui sem que haja oportunidades de formar hábitos e desenvolver atitudes. Nessas condições, o empenho do professor em ensinar e o esforço do aluno em aprender são elementos indispensáveis num trabalho educativo sério. O que não é incompatível, evidentemente, com a amenidade dos métodos e a cordialidade do relacionamento. Nenhum método, técnica ou procedimento será imposto ao professor, mas nenhum deve ser permitido sem que ele seja capaz de justificá-lo em termos de sua importância para a formação do educando e não para simples distra-

ção do aluno. A escola é um lugar de trabalho - que pode e deve ser agradável mas não de lazer". (4)

Com base nessa Orientação Geral procurou-se identificar o conjunto de medidas necessárias para a elaboração de um plano pedagógico compatível e viável em face das condições existentes na escola. A adoção desse plano, a partir de 1976, permitiu, por sua vez, que continuamente se colhessem elementos para a sua reformulação nos pontos indicados pela prática. Foi o que ocorreu principalmente com o Plano Escolar de 1977 que não só identificou falhas existentes na escola e as providências necessárias para saná-las a curto prazo, nos casos que dependiam apenas de medidas internas, como também, indicou os aspectos em que o regimento da escola precisava ser reformulado de modo a consolidar legalmente a estrutura e a organização da escola em níveis realistas. Esse era um ponto importante para que a situação escolar fosse institucionalizada sem que perdesse, por causa de disposições rígidas, a possibilidade de ajustamentos indicados pela experiência.

Em resumo, nos anos de 1976 a 1977, todo trabalho escolar, encaminhado a partir da Orientação Geral, desenvolveu-se norteado pelo Plano Escolar e levou finalmente à elaboração do anteprojeto do Regimento em 1978.

3. REGIMENTO DA EA : alterações feitas

O atual regimento desta escola (anexo nº 1) proposto sob a forma de anteprojeto em 1978, após aprovação pela Congregação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, foi aprovado pelo Conselho Estadual de Educação através dos Pareceres nº 1571 de 08/12/1978 e nº 1782 de 19/12/1979.

Uma comparação entre o ex-regimento (anexo nº 2) e o regimento em vigor (anexo nº 1), ressaltará os diversos pontos cuja alteração decorreu do propósito de adequar as normas regimentais à realidade da escola. De um modo sumário e não exaustivo são arroladas, a seguir, as referidas alterações:

a. instituição, em caráter definitivo, do Plano Escolar cuja permanente possibilidade de reformulação vem fazendo dele um instrumento efetivo de orientação das atividades da escola;

b. adaptação do regimento à legislação vigente relativa ao ensino de 1º Grau (verificação do rendimento escolar, recuperação de alunos, organização curricular);

c. simplificação de uma estrutura administrativa que de fato existia apenas em termos regimentais;

(4) AZANHA, José Mário Pires. In: Plano Escolar Anual da Escola de Aplicação da FEUSP.

- d. atribuições do representante do Diretor da Faculdade de modo a impedir, até certo ponto, que pela inexistência, na prática, do Conselho Consultivo, a Direção da FEUSP permanecesse distanciada das atividades da EA;
- e. explicitação do fundamento legal do funcionamento autônomo da EA;
- f. alterações no currículo no sentido de dar maior ênfase às áreas básicas de conhecimento na formação geral do educando;
- g. centralização da orientação técnica de todas as atividades;
- h. especificação de atribuições definidas para a orientação educacional;
- i. estabelecimento de estágios como atividades rotineiras da EA, conforme seu próprio objetivo;
- j. simplificação do processo de seleção de professores;
- l. mudança dos critérios para admissão de alunos de 1ª. série;
- m. racionalização do horário escolar no sentido de impedir a volta do aluno à escola, por motivo de aulas de Educação Física;
- n. supressão de Instituições Escolares inoperantes e previsão da instalação, legalmente obrigatória, do Centro Cívico Escolar.

Esses aspectos ficarão mais evidentes à medida que forem retomados na descrição da situação atual desta escola.

4. SITUAÇÃO DA ESCOLA A PARTIR DE 1980

As informações apresentadas permitem constatar que a situação atual da EA no que se refere a sua organização e forma de funcionamento decorre de um esforço normativo iniciado em 1976 e efetivamente consolidado com a aprovação do Regimento Escolar a partir de 1979.

Desta forma, esse Regimento constitui, teoricamente, o marco da atual situação desta escola se bem que, na prática, as suas características básicas já vinham sendo estabelecidas desde 1976.

Serão descritos, a seguir, essas características, bem como, outros aspectos da escola relativos à parte física e à estrutura técnico-administrativa, organizados a partir de um conjunto de providências e de normas internas da escola como é o caso, por exemplo, de estágio, da biblioteca e das instituições auxiliares.

4.1 Estrutura administrativa

4.1.1 Dispositivos legais

O regimento atual descreve em seu artigo 1º, o estatuto legal desta escola:

"A Escola de Aplicação de 1º Grau da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (EA da FEUSP), anteriormente mantida pelo Centro Regional de Pes-

quisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho" do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (MEC), incorporada à Universidade de São Paulo nos termos do convênio firmado entre esta instituição e o Ministério de Educação e Cultura, em 31 de agosto de 1972 e por força do Decreto Federal nº 71.409 de 20/11/72, está sediada na Cidade Universitária, e é mantida pela FEUSP."

Estando diretamente vinculada à FEUSP e regendo-se por normas aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, esta escola goza de certa autonomia em relação às escolas da rede oficial de ensino. Essa autonomia não tem excluído, entretanto, uma preocupação por assegurar a compatibilidade das proposições pedagógicas e administrativas da EA com a situação geral das escolas comuns do Estado. Assim sendo, torna-se mais fácil que eventuais inovações ensaiadas no âmbito da relativa autonomia da EA, tenham condições de uma aplicação mais ampla no espírito do convênio firmado entre a FEUSP e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

4.1.2 Serviços administrativos e técnicos

a) Organograma

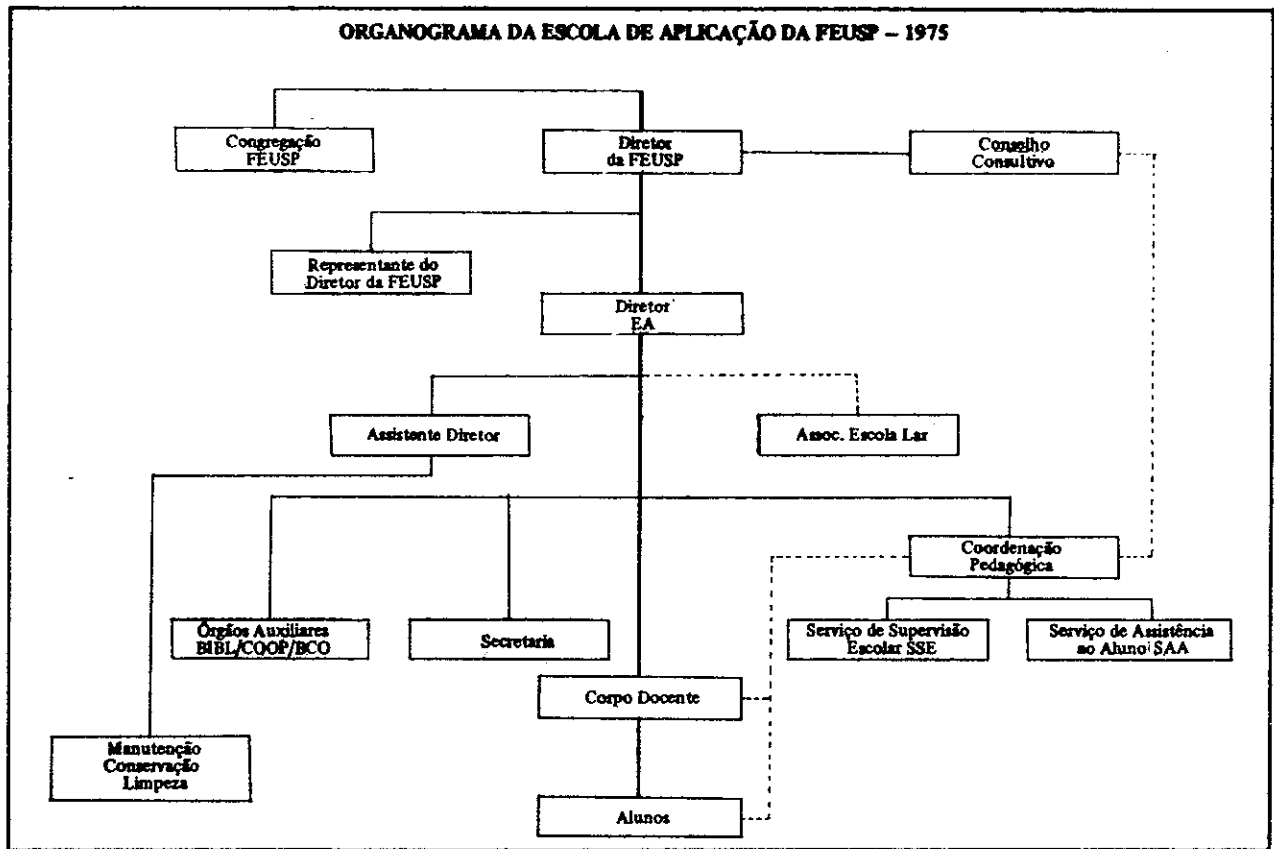
A apresentação dos organogramas desta escola conforme o antigo e o atual regimento, possibilita a visualização dos serviços administrativos e técnicos ora existentes e a identificação das alterações feitas. (p. 14)

Apesar de já arrolados os principais pontos em que a estrutura desta escola foi reformulada, convém retomar alguns deles para uma melhor elucidação das alterações feitas e suas justificativas:

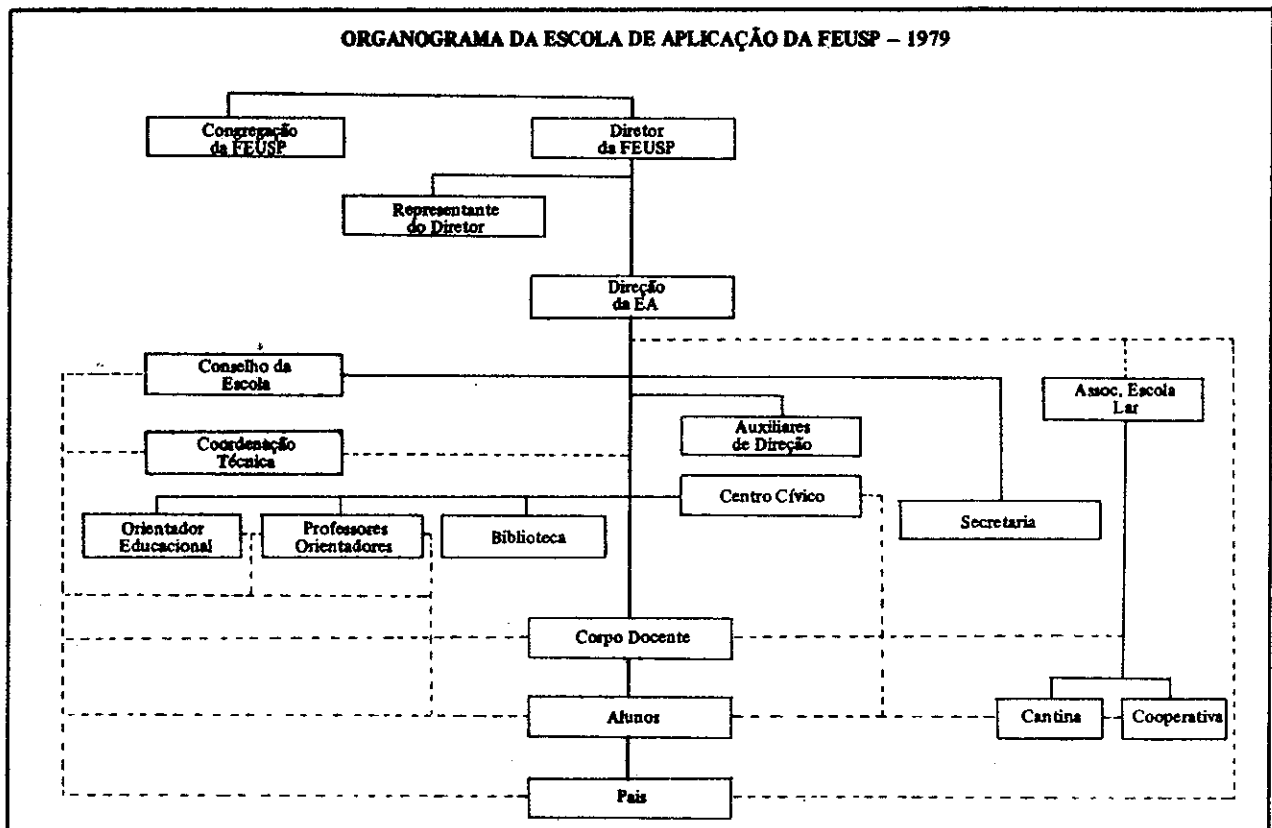
- inclusão, no quadro de pessoal, de Auxiliares de Direção em substituição ao Assistente de Direção previsto no ex-regimento. Esta foi a forma encontrada para solucionar a falta de verba para a contratação de pessoal que pudesse auxiliar efetivamente a Direção na execução de atividades julgadas relevantes: substituição da Direção e de professores em faltas eventuais, inspeção de alunos, atendimento a pais, assistência administrativa a professores em atividades de rotina: fornecimento de material didático, controle da limpeza das salas de aula e do horário de entrada e saída das classes;

- centralização da orientação técnica de todas as atividades com o objetivo de racionalizar esforços. As atividades antes atribuídas à Coordenação Pedagógica e ao Serviço de Supervisão Escolar foram reformuladas e passaram a constituir atribuições de um único órgão — Coordenação Técnica — composto dos professores-orientadores das áreas de ensino, do Orientador Educacional e de um elemento responsável pela referida Coordenação. Além da redução do pessoal técnico foram excluídas do Serviço de Assistência ao Aluno, as funções relativas a Assistência Psicológica, de Fonoaudiologia, Foniatria e Educação Sanitária.

ORGANOGRAMA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FEUSP - 1975



ORGANOGRAMA DA ESCOLA DE APLICAÇÃO DA FEUSP - 1979



Essa exclusão decorreu da concepção de que, em face dos objetivos desta escola, a sua estrutura deve ser o mais possível semelhante à das escolas comuns da rede. Não se justificava, portanto, a presença de técnicos que mesmo atuando com eficiência, constituiriam uma sofisticação de atendimento, considerada a situação geral das escolas do Estado. Além do mais, essa medida não representou uma diminuição de pessoal e serviços, pois já defrontava com falta de verba para a manutenção desse pessoal tanto assim que as referidas funções só constavam formalmente no regimento sendo que há muito não vinham sendo desenvolvidas.

Com relação à Orientação Educacional, ao contrário do que normalmente ocorre, ela passou a integrar a Coordenação Técnica e não a Direção. A idéia foi a de que essa forma de orientação somente se justifica se ela se desenvolver integrada com a orientação pedagógica eliminando-se, assim, a ocorrência muito comum nas escolas, de uma atuação autônoma e eventualmente divergente do Orientador Educacional em relação à orientação geral da escola, com risco, portanto, de comprometimento de uma desejável unidade de esforços educativos.

As atribuições do pessoal técnico e administrativo são descritas no atual regimento (anexo nº 1). Quanto ao número das pessoas atualmente em exercício nesta escola, segue a informação nos quadros abaixo:

PESSOAL ADMINISTRATIVO

Denominação do Serviço	nº de colaboradores
Direção	01
Auxiliares de Direção	09
Secretaria	07
Zelador (5)	01
Serventes	08

PESSOAL TÉCNICO

Denominação do serviço	nº de colaboradores
Coordenação Técnica:	
Responsável	01
Professores-Orientadores	04
Orientador Educacional.	01

Conforme dispõe a legislação em vigor, um dos professores da área de Estudos Sociais, devidamente credenciado, responde pela orientação do Centro Cívico Escolar que se rege por estatuto próprio (anexo nº 3).

Visando a impedir que a direção da FEUSP permaneça distanciada das atividades da escola, vem atuando como representante do Diretor da Faculdade de Educação, um

(5) O zelador é mantido pela Associação de Pais e Mestres da Escola.

elemento com atribuições definidas no Regimento da FEUSP e que, em síntese, implicam acompanhamento permanente das atividades da EA.

b) Recrutamento do pessoal administrativo e técnico

Os demais cargos técnicos são ocupados por pessoal especializado, tendo em vista a função que exercem. Todos esses cargos são providos tanto por professores colocados pela Secretaria da Educação à disposição da escola nos termos de convênio vigente (anexo nº 4), como por professores contratados. Neste último caso, os contratos são firmados entre o candidato e a Reitoria desta Universidade sendo que a proposta de contratação é feita pela direção desta escola e aprovada pelo Diretor da Faculdade de Educação. Quanto à duração, esses contratos são válidos por dois anos podendo ser renovados ou não, dependendo do interesse da escola e do contratado.

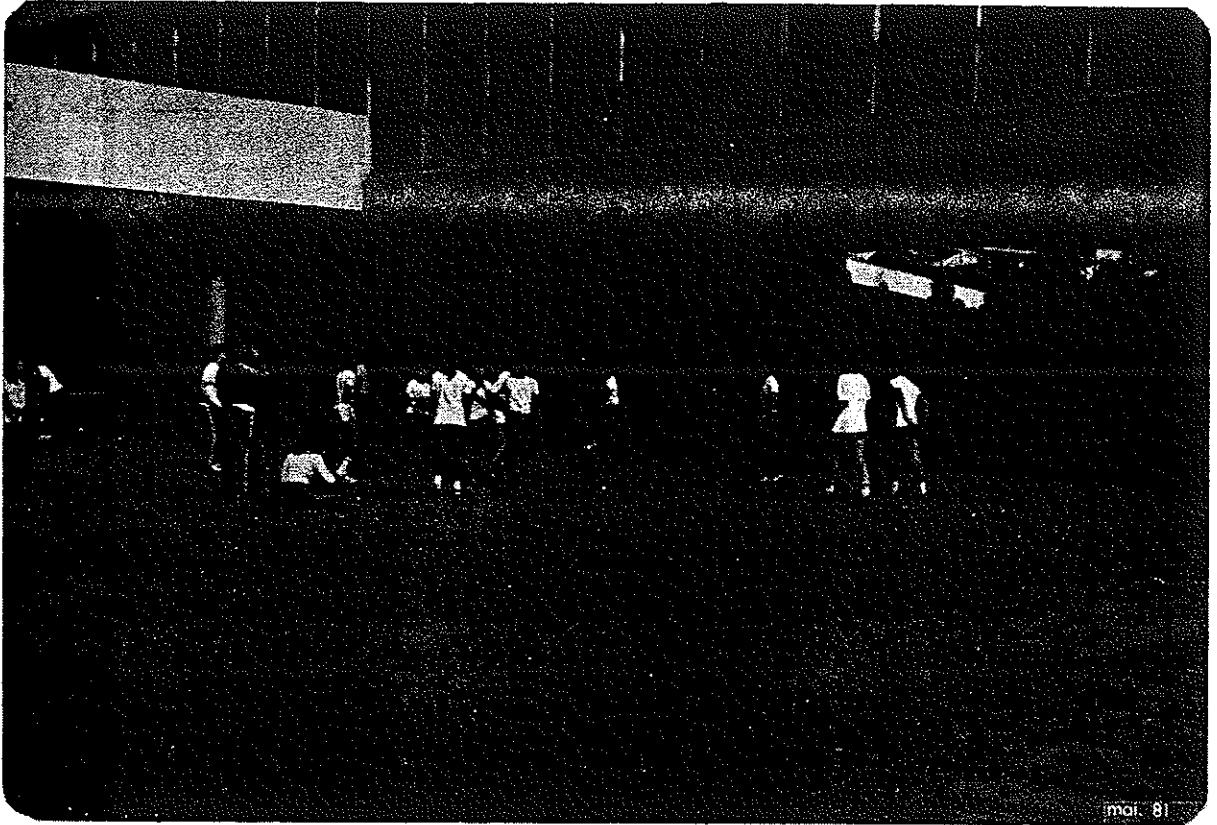
c) Recursos

Além de verbas próprias previstas pela FEUSP, a EA conta com a colaboração da Secretaria Estadual de Educação que vem, como já se disse, colocando à disposição da EA, professores efetivos da rede. Ao mesmo tempo, tem sido significativa a cooperação da Associação Escola e Lar tanto para a reforma e conservação do prédio como para a aquisição de equipamento e de recursos didáticos.

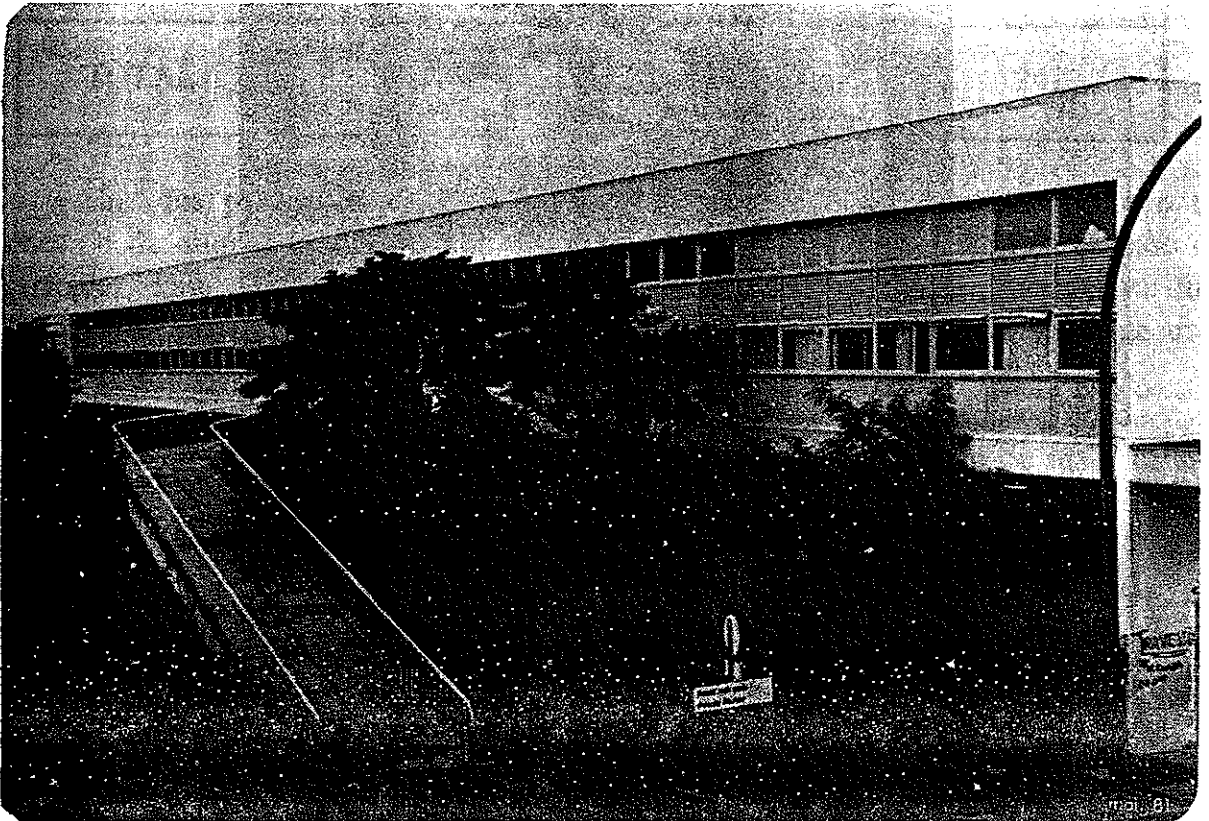
4.2 O prédio escolar

O prédio escolar foi especialmente construído para o funcionamento da Escola de Demonstração do Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho". Conta atualmente com 16 salas das quais 10 são utilizadas como salas de aula. Estas, além do mobiliário mínimo, possuem murais fixos para exposições. A escola dispõe, ainda, de salas equipadas para atividades permanentes como Artes Plásticas e Industriais, Educação Musical, Cooperativa, Biblioteca, Centro Cívico Escolar, clubes de Francês e de Inglês, laboratório. Serve-se ainda de áreas livres e dependências externas reservadas a um jardim, a atividades de horticultura e à recreação dos alunos. Foram feitas adaptações no prédio para melhor funcionamento da Coordenação Técnica.

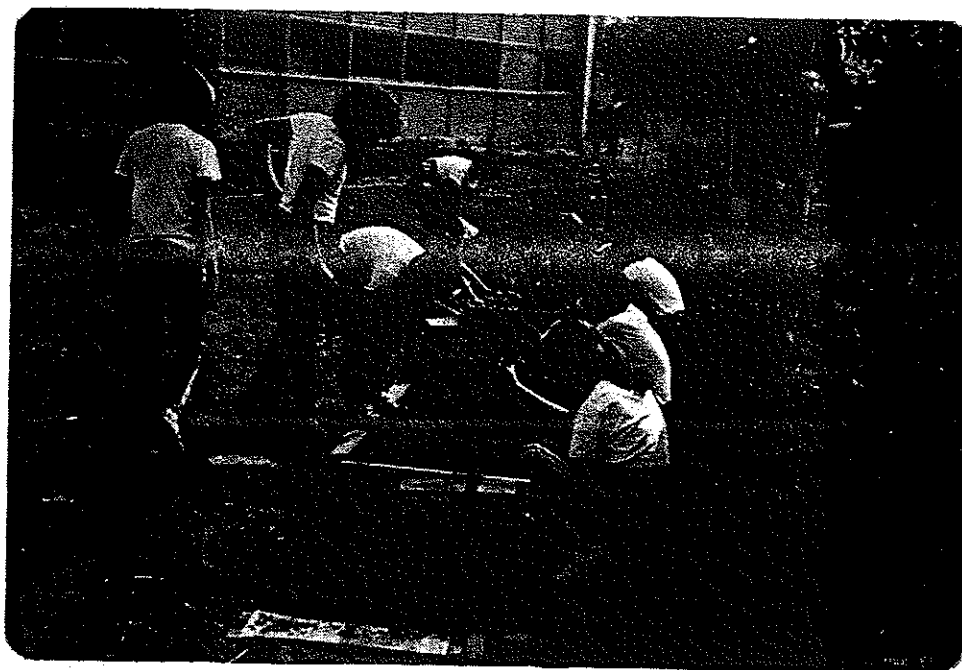
Para apresentações teatrais, comemorações e audições musicais, a escola dispõe de um amplo auditório que há seis anos estava interditado e foi recuperado e equipado com auxílio do FUNDUSP, dos alunos e da Associação Escola e Lar. Ainda, com a ajuda dessa instituição, foram construídos um "play-ground" e uma quadra de esportes para recreação dos alunos.



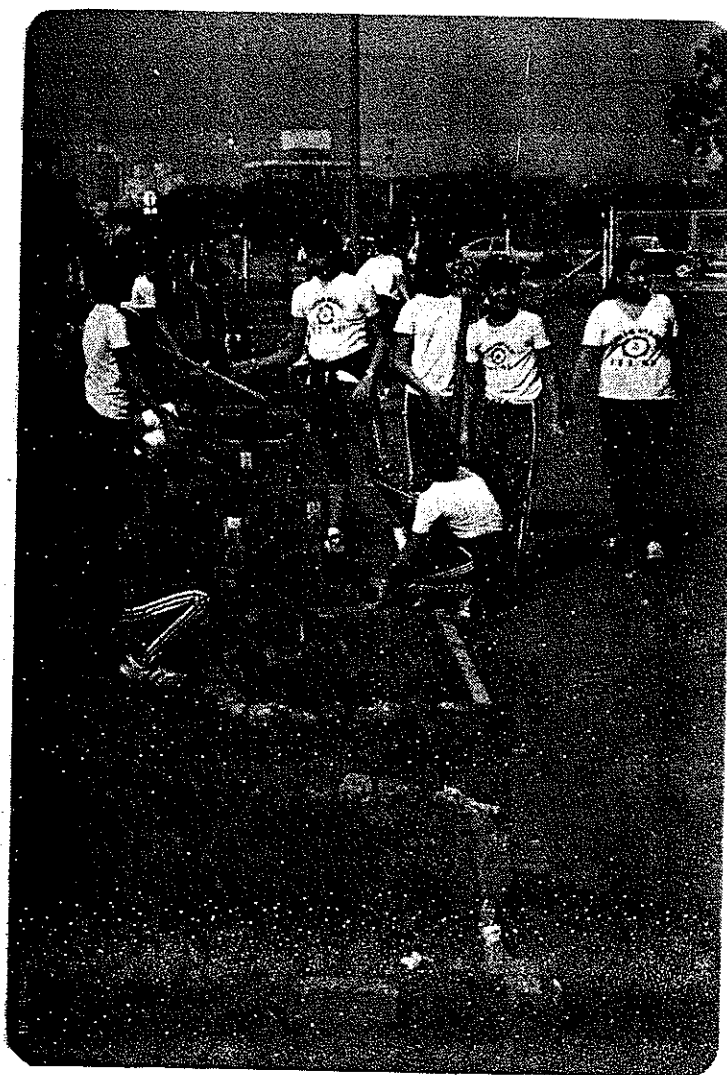
Prédio Escolar: pátio interno



Prédio Escolar: fachada lateral



Prédio Escolar: horta – vista parcial



Prédio Escolar: horta – vista parcial

4.3 Estrutura didática

4.3.1 Seriação

Funciona na escola somente o curso de 1º Grau compreendendo oito séries (1a. a 8a. série). O número de classes e de alunos é o que consta no quadro que segue:

série	nº de classes	nº de alunos	
		sexo masculino	sexo feminino
1ª	02	35	27
2ª	02	36	27
3ª	02	39	22
4ª	02	36	24
5ª	02	31	29
6ª	02	37	24
7ª	04	69	50
8ª	02	36	38
TOTAL	18	319	241

Um dos propósitos da direção, desde 1977, foi o de reduzir o número de classes e de alunos que havia sido ampliado consideravelmente devido ao excesso de matrículas. Esse excesso além de contrariar as normas regimentais, ocasionava dificuldades de ordem pedagógica e administrativa uma vez que a escola teve que usar salas da FEUSP para atender a sua clientela.

Essa redução constituía, portanto, uma medida de extrema necessidade para que a EA se organizasse em termos de uma escola de aplicação. Além do mais, dada a sua natureza específica, ela não estava destinada a suprir as necessidades de matrícula da região, já atendidas por escolas oficiais e particulares. Assim, a redução de classes vem se processando gradativamente devendo efetivar-se em 1982 quando se chegará a duas classes por série, com, no máximo, trinta alunos por classe.

4.3.2 Organização do ano escolar

De acordo com o atual regimento, o ano letivo consta de, no mínimo, 200 dias letivos, tendo sido alterado, portanto, em relação ao que vinha sendo cumprido anterior-

mente, com o acréscimo de 20 dias letivos. Esta ampliação decorre dos seguintes motivos: a semana letiva é de cinco dias uma vez que não há aulas aos sábados; a reformulação do currículo implicou a redução do número de aulas de Estudos Sociais e de Educação Artística sendo que essa redução foi compensada com a ampliação do ano letivo. O período letivo inicia-se em fevereiro e encerra-se no mês de dezembro, em datas variáveis mas de modo a que se assegure, para cada semestre, 100 dias letivos.

4.3.3 O dia escolar

Há dois turnos de 4:30 horas cada um para as classes, respectivamente, de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série. O horário das aulas é o que segue:

- 5ª a 8ª série — 2ªs, 4ªs, 5ªs e 6ªs feiras: das 7:20 às 12:10 horas; 3ªs feiras: das 7:20 às 13:00 horas
- 1ª a 4ª série — 2ªs, 4ªs, 5ªs e 6ªs feiras: das 13:00 às 17:30 horas; 3ªs feiras: das 13:30 às 18:00 horas.

Em cada turno há um período de 30 minutos para recreio no horário de 10:00 às 10:30 horas (1º turno) e de 15:00 às 15:30 horas (2º turno).

Antes da reformulação do regimento, a EA funcionava em período integral durante dois dias da semana para ministrar as aulas de Educação Física e de Educação Artística. Entendeu-se que esse período devia ser eliminado porque além das dificuldades próprias de retorno dos alunos, o excesso de movimentação prejudicava as aulas em desenvolvimento nos respectivos turnos. Para solucionar o problema, as aulas de Educação Física e Educação Artística foram enquadradas no horário normal de cada turno e, até que se reduzisse o número das classes, foram ocupadas provisoriamente e a título de empréstimo, conforme já se referiu, algumas das salas da Faculdade de Educação. Posteriormente, com a redução de classes e a reformulação do currículo da escola, a questão foi resolvida definitivamente.

4.3.4 Organização das classes

De modo geral, as classes são organizadas segundo a idade cronológica dos alunos. Isto porque outros critérios adotados anteriormente como rendimento escolar, ati-

tudes dos alunos não propiciaram os resultados esperados — melhoria do aproveitamento e da disciplina dos alunos — dando ensejo, ao contrário, à segregação, pelos próprios alunos, dos colegas que compunham as classes de menor rendimento. Este fato, por sua vez, gerava nesses alunos um estado de apatia ou então, de indisciplina e agressividade. Com relação às classes de 1ª série foi constatado que a sua organização a partir de testes de prontidão, além do tempo, de esforços e dos recursos dispendidos, não correspondeu, na maioria dos casos, às expectativas, uma vez que no decorrer do processo de alfabetização, as classes demonstravam o mesmo ritmo de aprendizagem, independentemente do critério pelo qual foram organizadas. Ainda mais, pôde-se constatar casos de alunos que apesar de não classificados como “prontos” para aprendizagem, tiveram aproveitamento satisfatório. Quanto aos alunos julgados aptos para o início da alfabetização, parece que a simples observação do professor tem sido suficiente para essa identificação, sendo dispensável, portanto, a aplicação de testes.

Estas constatações não implicam, evidentemente, uma avaliação dos testes de prontidão nem uma apreciação sobre seu emprego; apenas ratificam a complexidade inerente às condições e ao processo da aprendizagem e à dificuldade, na prática, de utilizar testes psicopedagógicos.

No que se refere à questão das vantagens ou não, apresentadas pelos alunos de 1ª série que tenham cursado a pré-escola, as constatações não diferem das relativas aos testes de prontidão e, sendo assim, o referido curso não é entendido como critério suficiente para a organização das classes de 1ª série.

O atual regimento prevê a possibilidade de recuperar alunos após as avaliações bimestrais e, atendendo ao que dispõe a legislação em vigor, ele estabelece o período de uma semana de recuperação para o aluno que se encontre nas condições previstas no Artigo 35 — parágrafo 1º — e no Artigo 36, parágrafo único do regimento em vigor (anexo nº 1). A proposição de recuperação durante o ano letivo, decorre do pressuposto de que em apenas uma semana é impraticável recuperar alunos que venham apresentando dificuldades sistemáticas de aprendizagem. Quanto às classes de recuperação prevista para o final de cada bimestre, a condição para a sua organização é a de que sejam constituídas somente de alunos dificilmente recuperáveis na própria sala de aula. Esta é uma forma de assegurar o caráter de exceção que, naturalmente, devem ter as classes de recuperação. Ao mesmo tempo, essa condição reforça a responsabilidade do professor pela assistência que normalmente ele deve dar aos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Considerando, ainda, a possibilidade da ocorrência de alunos que apesar de promovidos exigem assistência, prevê-se para esses alunos, aulas de recuperação no início do ano letivo.

4.3.5 Currículo

a) quadro curricular

O currículo anteriormente adotado apresentava a seguinte organização:

CURRÍCULO PLENO DO 1º GRAU (1ª a 8ª série)

Matérias		Comunicação e Expressão							Estudos Sociais				Ciências			Total Geral
		Línguas			Educação Artística			Educação Física	Organiz. Soc. e Política do Brasil	Educação Moral e Cívica	Geo. Geral Geo. Brasil Hist. Geral Hist. Brasil	Matemática	Ciências e Programa de Saúde	Práticas Comerciais		
		Português	Inglês	Francês	Música	Art. Dram.	Art. Plást.								Art. Indt.	
1ª	Total Semanal	5			1		1	1	2		1	4	5	3		
	Total Anual	180			35		35	35	70		35	150	180	110		830
2ª	Total Semanal	5			1		1	1	2		1	4	5	3		
	Total Anual	180			35		35	35	70		35	150	180	110		830
3ª	Total Semanal	5			1		1	1	2		1	4	5	3		
	Total Anual	180			35		35	35	70		35	150	180	110		830
4ª	Total Semanal	5			1	1	1	1	2		1	4	5	3		
	Total Anual	180			35	35	35	35	70		35	150	180	110		855
5ª	Total Semanal	5	2	2	1	1	1		3			4	4	3		
	Total Anual	180	70	70	35	35	35		110			150	150	110		945
6ª	Total Semanal	5	2	2	1	1	1		3			4	4	3		
	Total Anual	180	70	70	35	35	35		110			150	150	110		945
7ª	Total Semanal	5	2	2	1	1	1		3		2	3	4	3	2	
	Total Anual	180	70	70	35	35	35		110		70	110	150	110	70	1.045
8ª	Total Semanal	5	2	2	1	1	1		3	2		3	4	3	2	
	Total Anual	180	70	70	35	35	35		110	70		110	150	110	70	1.045

Ensino Religioso: Total Anual 35

Pelos motivos já expostos neste relatório, esse currículo foi reformulado tanto para atender à legislação em vigor como para o alcance da coerência necessária entre a Orientação Geral e as proposições pedagógicas estabelecidas a partir de 1977. Com esse objetivo, foi adotada a seguinte organização curricular:

QUADRO CURRICULAR

	Matéria	Conteúdos Específicos	Tratamento Pedagógico	Séries								
				1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	
Educação Geral Núcleo Comum e Artigo 7º da Lei nº. 5692/71. Parecer CFE nº. 853/71 e Resolução CFE 8/71.	Comunicação e Expressão	Língua Portuguesa e Educação Artística Língua Portuguesa Inglês	Área de Estudo	11	11	11	11					
			Disciplina					5	5	5	5	
			Disciplina					2	2	2	2	
	Estudos Sociais	Geografia e História Geografia História Ed. M. e Cívica (1) OSPB	Área de Estudo	3	3	3	3	3	2			
			Disciplina							2	2	
			Disciplina							2	2	
			Atividade	1	1	1	1					
Ciências	Ciências Físicas e Biológicas e Programas de Saúde Matemática	Disciplina						2			2	
		Disciplina	2	2	2	2	4	3	3	3		
Ed. Física		Atividade	3	3	3	3	3	3	3	3		
Ensino Religioso		Atividade	1	1	1	1	1	1	1	1		
Formação Especial Parecer CFE nº. 339/72 Deliberação CEE nº. 10/72	Artes	Artes Plásticas e Industriais Arte Musical	Área de Estudo					1	1	1	1	
			Atividade					1	1	1	1	
	Francês		Disciplina					2	2	2	2	
Total semanal de aulas				26	26	26	26	27	27	27	29	

Dias letivos – 200

Semanas – 40

Horas-aula: 1040 (1ª a 4ª série) 1080 (5ª a 7ª) 1160 (8ª série).

Duração da hora-aula: 50 minutos (com a necessária flexibilidade para as séries iniciais – 1ª a 4ª).

- Observações: (1) Na 8ª série Ed. Moral e Cívica será tratada como disciplina em conjunto com O.S.P.B., nos termos do Parecer CFE nº 2086/72 e Aviso Ministerial nº 205/76.
- (2) Foi encaminhada para exame do Conselho Estadual de Educação proposta de alteração do currículo, no que se refere a Estudos Sociais. Nos termos dessa proposta, as aulas de Estudos Sociais, nas 5ªs e 6ªs séries, serão substituídas por aulas de Geografia e História, como já acontece nas 7ªs e 8ªs séries.

O currículo proposto, de acordo com as exigências da Lei 5.692/71 e das normas legais que a regulamentam, apresenta uma parte destinada à educação geral e uma parte destinada à formação especial. Na elaboração deste currículo foram levados em consideração as características e interesses dos alunos. A título de justificativa são feitas as observações que seguem:

A Língua Portuguesa, nas séries iniciais — 1ª a 4ª — tratada como área de estudo, deve ser correlacionada com Educação Artística: atividades de expressão corporal, de dramatização, de educação musical, literárias e recreativas.

Conservou-se o maior número possível de aulas de Língua Portuguesa — como também de Matemática — por serem consideradas fundamentais num curso de 1º Grau. Pretende-se, nas séries iniciais, assegurar um conjunto básico de conhecimentos e habilidades compreendendo a capacidade de ler, escrever e raciocinar com lógica e clareza para posteriormente, esses conhecimentos serem aprofundados em função de uma cultura geral. Neste sentido, a Língua Portuguesa, aprendida nas séries iniciais em sua estrutura e funcionamento, assumirá, a partir da 5ª série, caráter instrumental passando a ser explorada em suas duas principais funções — a poética — leitura, recriação, paráfrase, resumos de textos literários de todos os gêneros e a representativa — leitura, resumos de textos de Ciências e Estudos Sociais. Além disso ela estará possibilitando a integração das diversas matérias.

A presença de duas línguas estrangeiras modernas, Inglês e Francês, escolhidas respectivamente como componentes da parte de educação geral e da parte de formação especial do currículo visa ao atendimento de peculiaridades da clientela. As aulas de Francês, assim como as de Inglês, serão enriquecidas através de clubes com funcionamento em horário extra, sob a responsabilidade da Associação de Pais e Mestres, orientação dos respectivos professores e, na medida da possibilidade, participação dos estagiários. Dá-se, dessa forma, oportunidade aos alunos que revelarem interesse por aperfeiçoamento nessas línguas, tendo em vista o prosseguimento dos estudos ou mesmo, posteriormente, o encaminhamento profissional.

A matéria Estudos Sociais, nas séries iniciais — 1ª e 2ª — deve ser tratada sob a forma de Integração Social. Alterou-se o tratamento da matéria na 7ª e 8ª séries, onde os conteúdos específicos, História e Geografia, são tratados sob a forma de disciplina. O número de aulas foi, nessas séries, aumentado. Na 3ª, 4ª, 5ª e 6ª séries a História e a Geografia são tratadas como área de estudo sob a denominação de Estudos Sociais.

Quanto à Educação Moral e Cívica, cabe a observação de que, nas séries iniciais, de 1ª a 4ª, deverá integrar o programa de Estudos Sociais; estará, igualmente, implícita em todas as atividades curriculares que constituem oportunidades para o desenvolvimento do espírito cívico e a formação moral. Com os mesmos objetivos, são desenvolvidas atividades pelo Centro Cívico Escolar, conforme orientação contida em estatuto. Além disso, na 8ª série, em atendimento a disposições legais, a Educação Moral e Cívica é tratada, em conjunto com Organização Social e Política do Brasil, sob a forma de disciplina.

Finalmente, a inclusão de Artes Plásticas e Industriais, tratadas como área de estudo visou a proporcionar condições para o alcance dos objetivos de formação especial em seu duplo aspecto de sondagem de aptidões e de iniciação para o trabalho, atendendo melhor aos interesses e características da clientela escolar. Dando continuidade ao processo de sensibilização artística iniciado nas primeiras séries, as Artes Plásticas, a partir da 5ª série, oferecem base para o desenvolvimento das Artes Industriais. Por meio, principalmente, de atividades de natureza artesanal, de projetos e de "designers" são estimuladas certas qualidades de criatividade, organização, cooperação, apreciação, avaliação e, em situações variadas, explorados os aspectos utilitário e comercial das artes.

Foi proposta apenas uma aula por semana que deverá atender, em princípio, aos objetivos de formação especial de todos os alunos, conforme preceituam as disposições legais. Aos alunos que revelarem aptidão e interesses maiores por essas atividades, estão previstas aulas extras e optativas, em horário diverso daquele em que funciona o curso e com maior flexibilidade na duração. Além disso, entendeu-se que todas as matérias do currículo e os atos escolares, de modo geral, proporcionam sempre ocasião para que sejam revelados e explorados os interesses e tendências dos alunos. E levando em consideração a conceituação de iniciação para o trabalho constante nos documentos legais sobre o assunto, pareceu suficiente a proposição feita para a formação especial, nesta escola.

Fundamento Legal

A organização do currículo proposto atendeu ao que dispõe a Lei nº 5.692/71 e disposições complementares, conforme seguem:

— Composição do Currículo: Indicação CEE nº 1/72; Deliberação CEE nº 2/72.

Núcleo Comum: Parecer CFE 853/71 Resolução CFE nº 8/71; Indicação CEE nº 1/72; Deliberação CEE nº 2/72.

Matérias de inclusão obrigatória segundo art. 7º da Lei nº 5.692/71 e Resolução CFE nº 8/71;

Educação Física: Decreto Federal nº 69.540/71;

Educação Moral e Cívica: Decreto Lei nº 869/69; Decreto nº 68.065/71; Parecer CFE nº 94/71; Resolução SE nº 15/73. Parecer CFE nº 2.068/72. Aviso Ministerial nº 205/76.

Ensino Religioso: Lei nº 5.692/71, art. 7º, parágrafo Único. Indicação CEE nº 1/72; Deliberação CEE nº 2/72.

Programas de Saúde: Indicação CEE nº 1/72; Deliberação CEE nº 2/72.

Educação Artística: Indicação CEE nº 1/72; Deliberação CEE nº 2/72; Deliberação CEE nº 10/72.

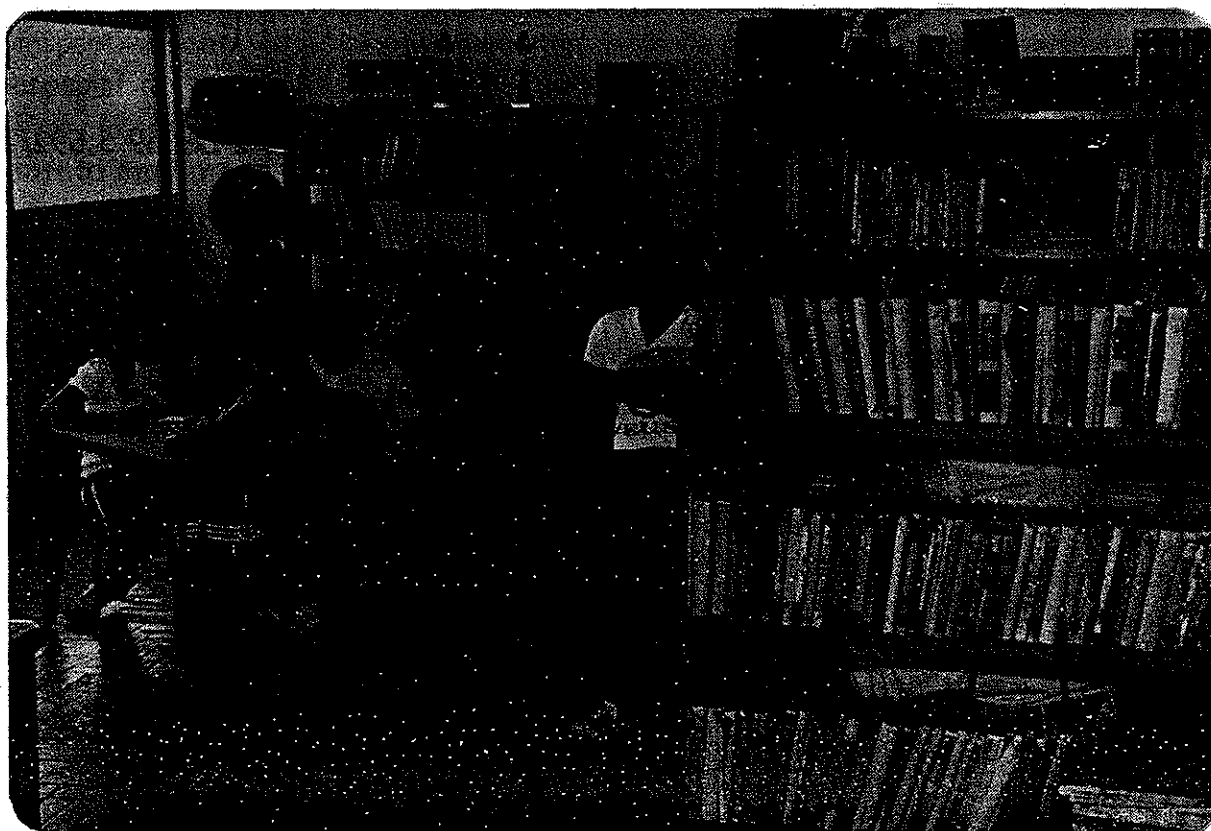
Formação especial: Parecer CFE nº 339/72; Deliberação CEE nº 10/72.

– **Tratamento Pedagógico:** Parecer CFE nº 853/71; Resolução CFE nº 8/71.

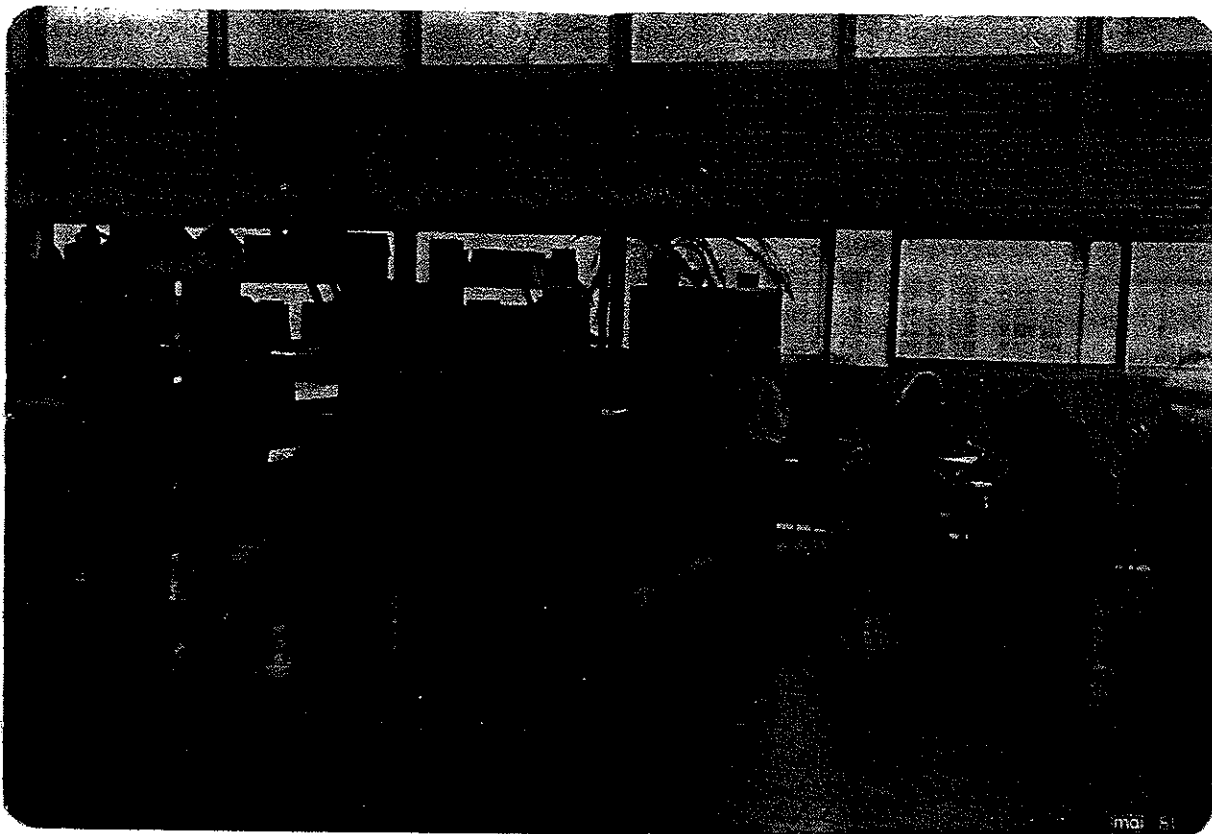
b) Atividades relacionadas ao currículo

● **Biblioteca**

Considerando a importância que se atribui à leitura como meio de aquisição de informações, de recreação e, inclusive, de desenvolvimento da capacidade de comunicação e expressão oral e escrita, a biblioteca assume um papel de especial relevância no currículo adotado, desenvolvendo programas especiais de leitura integrados, principalmente, com a programação de Língua Portuguesa.



Biblioteca



Biblioteca

Respondem por esses programas duas professoras cujas atribuições estão definidas no Regimento da escola, Artigo 16:

“I. elaborar o plano de atividades segundo as diretrizes fixadas, bem como relatórios e outros documentos necessários;

II. elaborar propostas de aquisição de livros, ouvidos os professores e a Coordenação Técnica;

III. organizar o funcionamento da biblioteca;

IV. organizar e conservar o acervo”.

O plano de atividades da biblioteca abrange as classes de 1ª a 8ª série dando ênfase às atividades intensivas de leitura tanto de livros da literatura infanto-juvenil como de livros e textos informativos principalmente de Ciências e de História.

Essa proposição decorre de algumas idéias básicas que norteiam o ensino da Língua Portuguesa:

— o hábito da leitura somente é adquirido pela criança até aproximadamente os doze anos de idade e essa aquisição depende da prática sistemática da leitura de bons livros;

— a capacidade de redigir é uma decorrência quase que exclusiva da capacidade de ler pois o contato com bons textos tanto em termos de forma como de conteúdo propiciará modelos e idéias para a redação;

— neste sentido, é preferível a adoção de livros literários à de livros didáticos porque estes além de se limitarem à apresentação de fragmentos de textos literários, transcritos ou adaptados, apresentam, na maioria das vezes, atividades extensas e injustificáveis de estudos gramaticais. Assim, esses livros não propiciam uma aprendizagem eficaz da língua e pelo contrário, criam nos alunos uma indisposição acirrada para com as aulas de Língua Portuguesa;

— considerando que a criança não tem ainda condições para aprender regras gramaticais em programas formais de estudos, a gramática deve ser ensinada sistematicamente a partir da 5ª série dando-se prioridade, nas séries anteriores, ao desenvolvimento da capacidade de leitura, compreensão de textos e de comunicação e expressão oral e escrita.

Em consonância com essas idéias, propõem-se atividades sistemáticas de leitura e redação a partir de textos literários e científicos dando-se oportunidade para a manipulação da língua em suas funções poética e representativa.

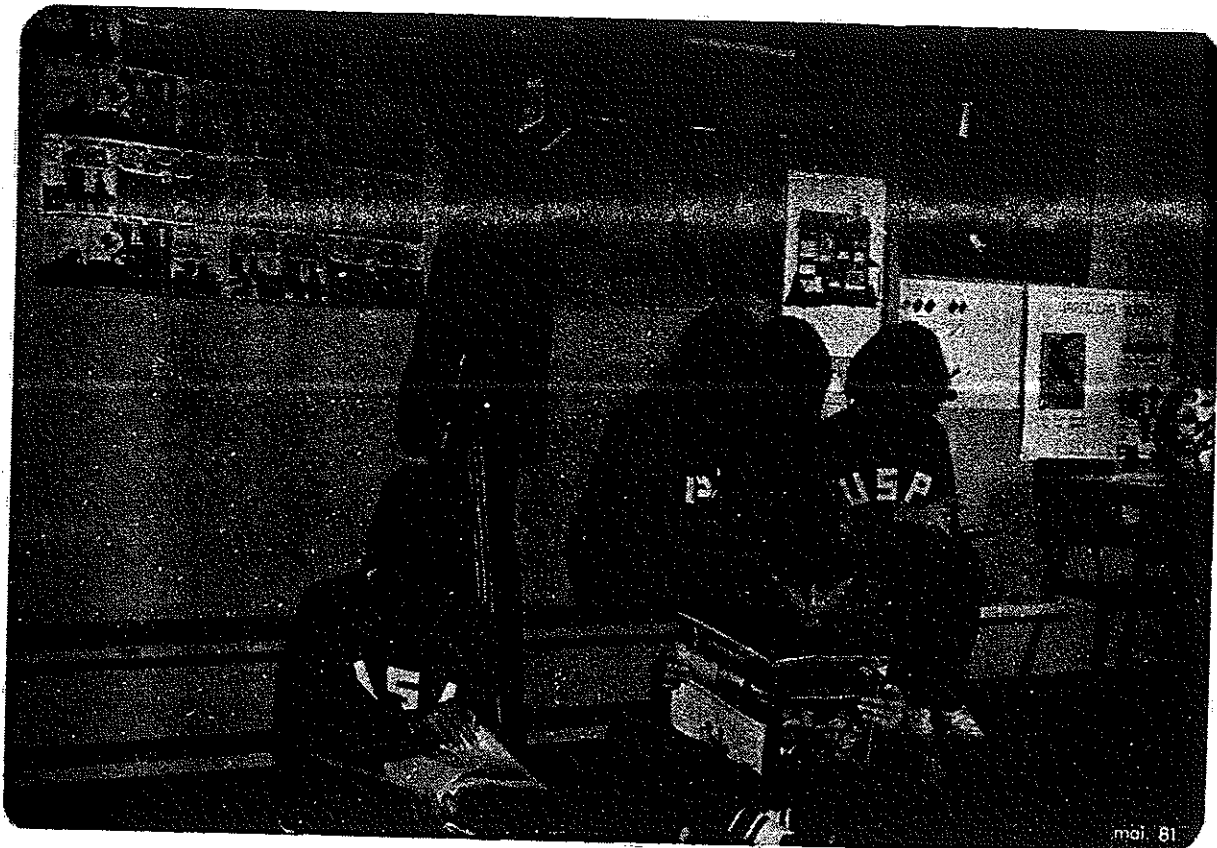
Para atender a esse propósito, a escola preocupa-se com a atualização constante da biblioteca incluindo em seu acervo livros de autores nacionais e estrangeiros, clássicos e modernos, nos diversos gêneros — contos, romances, biografias, crônicas, poemas, abordando os mais variados temas: aventuras, mistérios, amor, mitologia, arte, ciência, viagens etc.

As professoras-bibliotecárias juntamente com a Coordenação Técnica e os professores de classe elaboram listas de livros a serem lidos durante o ano, indicando os livros de leitura obrigatória e sugerindo livros para livre escolha dos alunos. Cada lista contém cerca de, no mínimo, dez indicações de livros e textos que geralmente são comprados pelos alunos dando-se-lhes, desta forma, orientação para a organização de suas próprias bibliotecas.

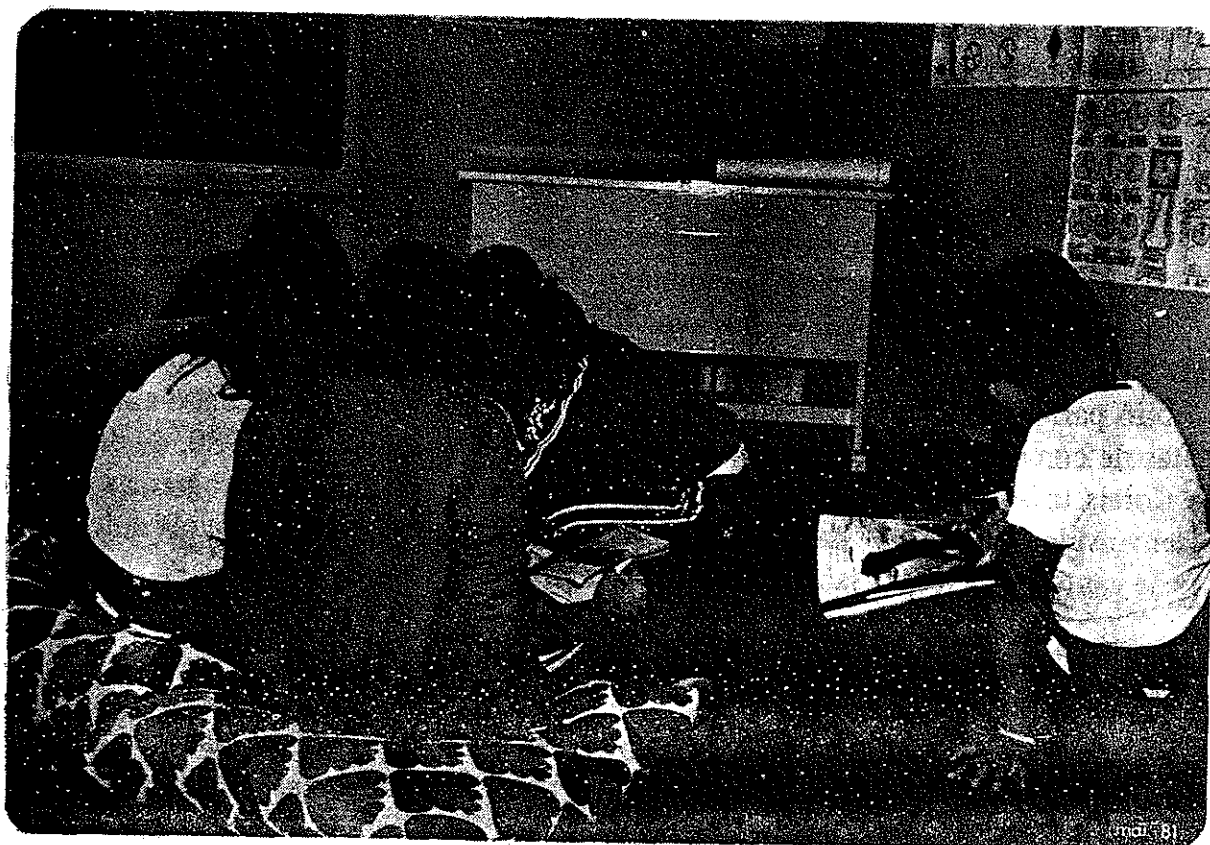
Ainda, para maior incentivo à leitura, os professores-bibliotecários realizam feiras de livros, principal atividade da Programação Cultural de Outubro promovida anualmente pela área de Comunicação e Expressão.

- Clubes de Inglês e Francês

Essas disciplinas são ministradas nas classes de 5ª a 8ª série e considerando a sua importância para o objetivo da EA no sentido de favorecer o enriquecimento cultural dos alunos, foram organizadas duas salas para aulas-extras de Inglês e Francês. Essas aulas funcionam em horário alternado ao das aulas comuns e constam de atividades variadas — conversação, canto e audição musical, redação e leitura de livros da literatura inglesa, norte-americana e francesa. Essas atividades, iniciadas assistematicamente em 1980 serão desenvolvidas de forma sistemática em 1981 devendo a programação ser acrescida de projeção de filmes, de “slides” e de leituras de revistas e jornais, principalmente da França e dos Estados Unidos.



Clube de Inglês



Clube de Francês

À semelhança do que se propõe para os programas de Língua Portuguesa, os estudos de Inglês e de Francês visam, igualmente, a estimular o gosto pela leitura e a ampliar a cultura artística e científica dos alunos. Convém observar que esses objetivos, por sua vez, convergem para o objetivo geral da escola — desenvolvimento da capacidade de crítica — que depende, principalmente, da aquisição de uma cultura geral.

- **Excursões**

Entende-se que uma excursão somente é válida quando proposta em termos de uma real complementação de estudos feitos em classe, caso contrário, ela constituirá simplesmente uma forma ativa de perder tempo e esforços. Por esse motivo, as excursões realizadas são antecedidas de autorização dada pela Direção e Coordenação Técnica, após apreciação do seu programa, bem como da sua justificativa. Esta medida vem respondendo pelo número reduzido de excursões promovidas pela escola, as quais compreenderam, nesses quatro anos, visitas ao Planetário, a exposições de Arte Plumária e de Arte Pictórica, a editoras e ao Setor de Planejamento da SABESP.

- **Programação Cultural**

Essa programação é realizada anualmente e consta, além da mencionada feira de livros, da apresentação dos trabalhos artísticos e científicos dos alunos — peças teatrais, contos, exposições de Artes e de Ciências — e de entrevistas dos alunos com escritores, repórteres, cronistas, publicitários e com pessoas envolvidas em assuntos de natureza científica.

- **Coral**

O coral da escola, denominado “Os pequenos cantores da USP”, foi instituído em 1978 e vem sendo desenvolvido por um dos elementos que compõem o CORALUSP. Constitui-se de alunos de 1ª a 8ª série, voluntários, e dispõe de horário próprio para os ensaios. Tem se apresentado por ocasião da programação cultural e em festas de comemorações cívicas e sociais da escola. Participou, em 1980, de um festival de Corais infanto-juvenis promovido pelo Governo Estadual e de programas especiais desenvolvidos pelo Coral da USP. Além do Coral, a escola vem desenvolvendo atividades de canto sob a responsabilidade da professora de Arte Musical.

- **Esportes**

A programação de Educação Física tem sido enriquecida com atividades extras de natação, de atletismo e de jogos intra e extra-escolares, o que é possível pela colaboração de estagiários da Escola de Educação Física da USP. Essas atividades têm propiciado maior sociabilidade dos alunos entre si e com colegas de outras escolas.



Quadra de esportes

4.3.6 Programas de ensino

Os programas são organizados pelos professores durante a semana de planejamento, na primeira quinzena de fevereiro, sob a orientação da Coordenação Técnica e com a colaboração de especialistas convidados de quase todos os Institutos da USP.

A distinção que se pode fazer entre esses programas e os propostos pela rede oficial de ensino refere-se a ênfase que se dá à especificação dos conteúdos programáticos em termos de mínimos a serem alcançados por série, dispostos numa sequência lógica. Entende-se que desta forma os programas assumem o seu real caráter de instrumentalidade tanto em relação ao trabalho docente como à avaliação do aproveitamento do aluno. Além disso, a preocupação com os conteúdos dos programas decorre da concepção expressa na Orientação Geral da escola segundo a qual a instrução constitui requisito indispensável no processo educativo:

“Os hábitos e as atitudes que compõem um espírito crítico não se desenvolvem formalmente; por isso a escola que se propõe educar (no sentido de desenvolvimento de hábitos e atitudes) e não instruir (no sentido de aquisição de conhecimentos) persegue um fantasma. Ninguém se educa sem aprender algo, sem se instruir; como também ninguém se instrui sem que haja oportunidade de formar hábitos e desenvolver atitudes. Nessas condições, o empenho do professor em ensinar e o esforço do aluno em aprender são elementos indispensáveis num trabalho educativo sério”.

Neste sentido, as atividades da semana de planejamento (anexo nº 5) são norteadas pela seguinte orientação:

“Num período de apenas uma semana não se pode pretender a elaboração de um planejamento global das atividades escolares para um ano. Mesmo deixando de lado a discutível idéia de que num período mais longo esse planejamento global seria exequível, pode-se talvez afirmar que, de qualquer modo, ele não seria desejável. Porque um planejamento de tal forma abrangente, obrigaria no curso de sua execução a tantas e tantas reformulações que haveria o risco de não se fazer outra coisa senão planejar e replanejar.

“A idéia do planejamento no início do ano escolar repouse na saudável preocupação em assegurar um mínimo de entendimento e de conjugação de esforços entre pessoas que realizam fragmentos de uma tarefa comum e que por força da própria dinâmica do trabalho docente tendem a isolar-se. Embora esse eventual isolamento não seja necessariamente um mal, poderá contudo ser oportunidade de perda de vista dos objetivos comuns de todas as atividades escolares.

“Nessas condições, o fundamental na semana de planejamento será re-discutir os objetivos gerais do processo educativo do ensino de 1º grau, como ponto de partida para avaliação do papel de cada matéria do currículo nesse processo. E, conseqüentemente, deverá se chegar à determinação dos conteúdos mínimos a serem alcançados no ensino de cada matéria, de modo a se assegurar sua efetiva contribuição à formação geral do aluno.

“Outros pontos a serem discutidos, como avaliação, recuperação, utilização de biblioteca etc., serão subordinados a esse ponto prioritário: o que efetivamente é indispensável ensinar em cada matéria e como fazê-lo”. (6)

Quanto aos programas elaborados, seguem cópias anexas (anexo nº 6).

(6) AZANHA, José Mário Pires. In *Cronograma de Atividades da Semana de Planejamento*.

4.3.7 Métodos e técnicas de ensino

Entende-se que a eficácia do processo ensino-aprendizagem depende fundamentalmente do professor e da explicitação clara dos objetivos da escola sendo que a validade da metodologia decorre da sua coerência com esses objetivos.

Essa idéia está claramente exposta na Orientação Geral da escola ao afirmar que: “nenhum método, técnica ou procedimento será imposto ao professor, mas nenhum deve ser permitido sem que ele seja capaz de justificá-lo em termos da sua importância para a formação geral do educando e não para simples distração do aluno”.



Aspecto parcial da sala de Coordenação Técnica

A forma pela qual é entendida e proposta a alfabetização pode ilustrar bem essa idéia. O professor de 1ª série tem liberdade para adotar qualquer método ou técnica de alfabetização desde que sejam válidos para a aquisição dos automatismos da leitura e da escrita, consideradas as características da Língua Portuguesa e a correspondência entre os códigos oral e escrito. Assim, dado o caráter duplamente articulado da língua e as suas ocorrências fonéticas e fonológicas, propõem-se como objetivos da alfabetização a aprendizagem do código escrito em suas duas articulações — ao nível dos enunciados e ao nível dos fonemas — e das principais ocorrências relativas à correspondência sonoridade-grafismo. Em outras palavras, é indiferente que o professor empregue o processo

da sentença, da palavra ou da sílaba. Mas ao final do ano, somente será considerado alfabetizado (sentido restrito) o aluno que for capaz de ler e escrever frases, palavras, sílabas dominando, inclusive, as principais dificuldades da língua: a) ocorrências gráficas de um mesmo fonema, como por exemplo, o caso do fonema |s| que pode ser grafado s (sapo), ss (massa), ç (aço), c (cebola), sc (nasce) e x (auxílio); b) fonemas que somente se distinguem pela sonoridade – p/b; t/d; f/v; s/z etc., e c) palavras constituídas de vogais e ditongos orais e nasais ou de estruturas silábicas complexas tipo vogal e consoante: ar, bar, al, bal, as, bas etc.; tipo consoante, consoante acrescida de vogal oral: bra, cla; fra, fla etc. ou de vogal nasal: bran, clan; fran, flan etc.

A preocupação recai, portanto, na organização da estrutura vocabular a ser ensinada, de modo a que essa estrutura seja compatível com o código oral e se disponha numa sequência lógica e gradativa de dificuldades. Esse aspecto é objeto de estudo pelos professores de 1ª série, tanto na ocasião de planejamento como nas reuniões semanais coordenadas pelo professor-orientador quando a língua é estudada principalmente no que se refere à Fonética e à Fonologia.

Considerando que a alfabetização é um processo, seus objetivos específicos compreendem a aprendizagem de cada uma das etapas desse processo sendo que, no conjunto, essas aprendizagens vão corresponder ao objetivo geral da alfabetização.

Deste modo, toma-se evidente o caráter secundário dos métodos e técnicas de ensino ficando a sua escolha a critério dos professores.

Quanto à forma de orientação descrita, centralizada em conceituações e em conteúdos e não em metodologia, ela não se limita à alfabetização, estendendo-se, pelo contrário, a todas as disciplinas que compõem o currículo. A escola prevê horário para reuniões com os professores, por área e por disciplina quando são examinados os conteúdos programáticos propostos e reformulados, se necessário. E na medida do possível, são promovidas sessões de estudo com o objetivo de aperfeiçoamento dos professores.

4.3.8 Material didático

O material didático da escola consta, principalmente, de vitrolas, gravadores, discos, retroprojektor, mapas diversos, atlas e de um acervo de cerca de 8.000 livros, incluindo dicionários e enciclopédias. Não há uma preocupação especial com a confecção de material didático que além de implicar dispêndio de tempo, de recursos e de esforços, muitas vezes desnecessariamente, pode produzir efeitos contrários ao desejado, ou seja, uma certa apatia nos alunos advinda do excesso de recursos ao invés de um maior incentivo ao próprio esforço do aluno na aprendizagem.

Naturalmente, é dada liberdade aos professores para confecção de material didático. Mas da mesma forma pela qual são concebidos os métodos e técnicas de ensino, esse material deve ser justificável em termos da sua validade para o aproveitamento do aluno.

4.3.9 Verificação do rendimento escolar

A verificação do rendimento escolar compreende apuração da assiduidade e avaliação do aproveitamento.

Quanto à assiduidade, ressalvando-se os casos de doenças, ela não tem suscitado qualquer problema à escola registrando-se uma frequência, no geral, de 90 a 100%. A verificação do rendimento escolar é realizada continuamente de acordo com os objetivos estabelecidos no regimento da escola, artigo 26:

“I. diagnosticar dificuldades de aprendizagem tendo em vista a recuperação do aluno e o replanejamento dos trabalhos;

II. possibilitar ao aluno uma auto-avaliação sobre seu rendimento escolar de modo a interessá-lo em seu próprio progresso e aperfeiçoamento;

III. obter informações para decidir sobre a promoção do aluno e a reorganização das classes”.

Conforme o regimento (Artigo 27), a verificação do rendimento escolar, a recuperação e a promoção de alunos decorrem de trabalhos realizados pelo aluno sob a orientação do professor, de provas escritas e/ou orais e da consideração do esforço pessoal e da atitude do educando. São propostas quatro notas bimestrais e uma nota de prova final expressas numa escala de 0 a 10 pontos. A cada uma dessas notas são atribuídos, respectivamente, os pesos 1 (1º bimestre), 2 (2º, 3º e 4º bimestres) e 3 (prova final).

A prova final versa sobre a programação anual efetivamente desenvolvida, delimitando isento o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% e obtiver nas avaliações bimestrais a média igual ou superior a sete.

No caso de um aluno de 5ª a 8ª série obter, após a prova final, média entre 4,5 e 4,9 em até três disciplinas, área de estudo ou atividade e ter frequência igual ou superior a 75%, a sua promoção será decidida pelo Conselho de Classe. Nas classes de 1ª a 4ª série, o Conselho da Escola, convocado por série, ouvido o professor, poderá decidir sobre a retenção do aluno sem estudos finais de recuperação, quando ele demonstrar incapacidade para prosseguir os estudos na série subsequente.

Os demais casos de aprovação ou reprovação após o cômputo da nota final são regulamentados pelo regimento (anexo nº 1) em seus artigos 30 e 31.

No conjunto, as normas que regem a verificação do rendimento escolar diferem das adotadas pela rede oficial de ensino nos seguintes pontos: adoção de notas ao invés de conceitos; atribuição de pesos às notas das avaliações bimestrais e finais e inclusão de prova final após o último período de recuperação. A idéia foi a de que o emprego de notas constitui uma forma de simplificar a avaliação e, ao mesmo tempo, favorecer mais objetividade por parte do professor. Por outro lado, a decisão de atribuir pesos às notas e de incluir uma prova final decorreu do propósito de conferir maior validade às avaliações e de exigir seriedade e empenho dos alunos em relação aos estudos.

4.3.10 Orientação pedagógica e supervisão

A orientação pedagógica é de responsabilidade dos professores-orientadores e compreende, basicamente, a elaboração dos programas, a nível de área, e o acompanhamento do seu desenvolvimento em todos os seus aspectos. Além disso, cabe a esses professores a observação sistemática dos trabalhos de classe, a organização das atividades de recuperação e a supervisão de estágios.

Quanto à forma, essa orientação consiste, conforme já foi descrito, de sessões de estudo, de apreciação dos conteúdos programáticos e de orientação para seleção de critérios e de instrumentos de avaliação. Essas atividades são realizadas durante as reuniões semanais em dias e horários previstos no calendário anual (anexo nº 7).

A escola está sujeita à supervisão da direção da FEUSP e do Conselho Estadual de Educação sendo que o acompanhamento das atividades escolares é feito mediante relatórios anuais cuja exigência é regimental.

4.4 O corpo docente

4.4.1 Número, recrutamento e seleção

Conta-se atualmente com um total de 47 professores em exercício dos quais 20 regem classes de 1ª a 4ª série e 27 ministram aulas nas classes de 5ª a 8ª série.

De acordo com a legislação em vigor, exige-se dos candidatos a cargos docentes nas classes de 1ª a 4ª série, a habilitação em cursos de formação de professores a nível de 2º grau. Para lecionar nas séries subseqüentes exige-se habilitação em cursos de licenciatura plena, segundo a especialização necessária nas diversas disciplinas que compõem o currículo da escola.

O regimento escolar em seu artigo 18 dispõe sobre a seleção do corpo docente nos termos que seguem:

“A seleção do corpo docente será de responsabilidade da Comissão constituída pelo Diretor da Escola, pelo responsável pela Coordenação Técnica e pelo Professor-Orientador da especialidade ou de área afim.

§ 1º — A seleção será feita por meio de:

1. exame do *currículum vitae*;
2. entrevista;
3. prova escrita;
4. prova didática, no caso de ausência ou insuficiência de experiência docente anterior”

4.4.2 Aperfeiçoamento do corpo docente

A escola propicia o aperfeiçoamento dos professores por meio de sessões de estudos realizados em reuniões semanais.

4.4.3 Atribuições extra-classe

Os professores de 5ª a 8ª série são contratados por 18 horas-aulas das quais duas horas são reservadas para assistência a alunos e elaboração de exercícios e atividades de classe e outras duas horas são destinadas às reuniões semanais da área.

Quanto aos professores de 1ª a 4ª série não lhes são atribuídas atividades extra-classe, exceto as relativas às reuniões semanais realizadas no período em que os alunos têm aulas de Educação Física, ministradas por alunos estagiários da Escola de Educação Física desta Universidade.

4.4.4 Formas de provimento e remuneração

Alguns dos professores têm cargo efetivo no magistério oficial da rede e foram colocados à disposição da escola pela Secretaria Estadual de Educação. Três professores têm contrato sob o regime da C.L.T. e os demais foram contratados pela Universidade de São Paulo por período de dois anos sendo os contratos sujeitos à renovação dependendo do interesse da escola e do professor.

Quanto à remuneração, os níveis correspondem aos vigentes para o magistério estadual.

4.5 Corpo docente

4.5.1 Matrícula

De certa forma, a escola atende a uma clientela especial se considerados os critérios adotados para a matrícula de candidatos à 1ª série, conforme o disposto no regimento escolar, artigo 42:

“As vagas para matrícula inicial na 1ª série da EA serão distribuídas por sorteio, pelas categorias abaixo com as restrições especificadas:

- I — um terço das vagas para inscritos que sejam filhos de funcionários docentes ou administrativos da Faculdade de Educação;
- II — um terço das vagas para inscritos que sejam filhos de funcionários docentes ou administrativos de outros institutos ou repartições da Universidade de São Paulo;
- III — um terço das vagas para inscritos não abrangidos nos incisos “I” e “II”;
§ 1º — As vagas eventualmente restantes numa das categorias serão primeiramente oferecidas por sorteio à categoria seguinte,

- § 2º – As vagas restantes de desistências serão novamente oferecidas na categoria em que ocorrerem;
- § 3º – O sorteio será publicamente realizado em dia, hora e local a serem fixados pela direção da Escola”.

Esses critérios foram propostos em substituição aos anteriormente adotados e que se baseavam na “Prontidão” do candidato, avaliada a partir de testes psicopedagógicos. Além do fato de estes critérios serem discutíveis quanto à sua eficácia, conforme referência já feita, eles ensejavam o risco de comprometimento com uma atitude de seletividade indesejável. Por outro lado, se os critérios atuais não excluem de todo uma possível seleção, eles não eliminam a possibilidade de um atendimento aos candidatos em bases mais democráticas uma vez que o preenchimento de vagas decorre de sorteio público e possibilita a matrícula indiscriminada de um terço de candidatos.

4.5.2 Transferências

No caso da existência de vagas, nas classes de 2ª a 8ª séries, elas poderão ser preenchidas por alunos de outros estabelecimentos, no início do ano letivo, mediante provas de seleção destinadas também a avaliar sua possibilidade de acompanhamento dos programas desenvolvidos pela EA.

4.5.3 Regime disciplinar

O regime disciplinar adotado é expresso no regimento da escola em termos de uma definição dos direitos e deveres do aluno. Em síntese, os deveres compreendem respeito aos colegas e às demais pessoas da escola, assiduidade e pontualidade. Ao aluno que faltar aos seus deveres cabem as penas de advertência, repreensão e suspensão. Em caso de reincidência contumaz, sua situação será examinada pelo Conselho da Escola com vistas à sua transferência compulsória. Os direitos do aluno implicam as condições necessárias ao seu desenvolvimento pessoal, inclusive as de se fazer ouvir em suas reclamações e de ser respeitado por todas as pessoas da escola.

4.6 Orientação Educacional

Por falta de verbas, a EA funcionou nesses últimos três anos sem Orientador Educacional o qual somente foi contratado no final de 1980. Por esse motivo, não se dispõe ainda de um plano de atividades porque esse Orientador ainda se encontra em fase de integração e de conhecimento da realidade da escola.

O regimento, entretanto, estabelece em seu artigo 10, as atribuições do Orientador Educacional conforme seguem:

“Ao Orientador Educacional compete:

- I — participar da Coordenação Técnica;
- II — elaborar o plano de atividades, segundo as diretrizes fixadas, bem como relatórios e outros documentos necessários;
- III — acompanhar e orientar os estudos dos alunos;
- IV — assistir aos professores no seu relacionamento com os alunos;
- V — acompanhar os processos de avaliação, de recuperação e de integração escolar;
- VI — encaminhar à Direção da Escola, por intermédio do responsável pela Coordenação Técnica, os casos individuais que requeiram cuidados especializados;
- VII — atender aos pais nos casos solicitados pela Direção da Escola, pela Coordenação Técnica ou com prévio conhecimento desses órgãos”.

As atividades de orientação educacional devem desenvolver-se de modo integrado com a orientação pedagógica visando, principalmente, à melhoria do processo ensino-aprendizagem.

4.7 Instituições e Atividades Auxiliares e Assistenciais

4.7.1 Saúde escolar e alimentação

A escola não dispõe de serviços especiais para atendimento à saúde escolar. Nos casos de indisposições simples e/ou de acidentes corriqueiros, os alunos são atendidos pela Coordenadoria da Saúde e Assistência Social da USP (COSEAS) que funciona em local vizinho à escola.

Da mesma forma, não se proporciona alimentação aos alunos dispondo-se apenas de uma cantina que atende à necessidade de refeições ligeiras.

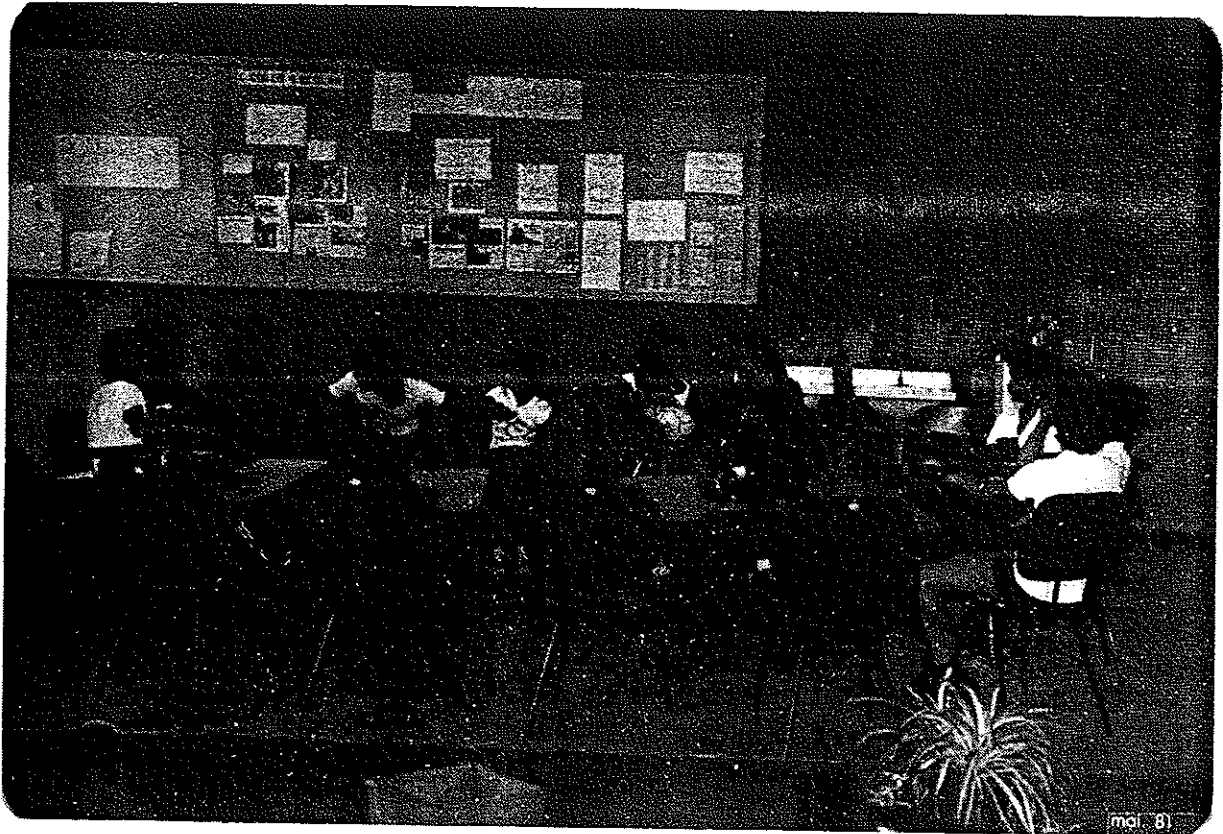
4.7.2 Material escolar

O material mínimo exigido pela escola consta de cadernos, pastas para arquivo de provas e trabalhos de aproveitamento; material para Artes, lápis preto, borracha, livros didáticos de Ciências e Matemática e livros de literatura infanto-juvenil a serem lidos durante o ano. Esse material é distribuído aos alunos que não podem comprá-lo.

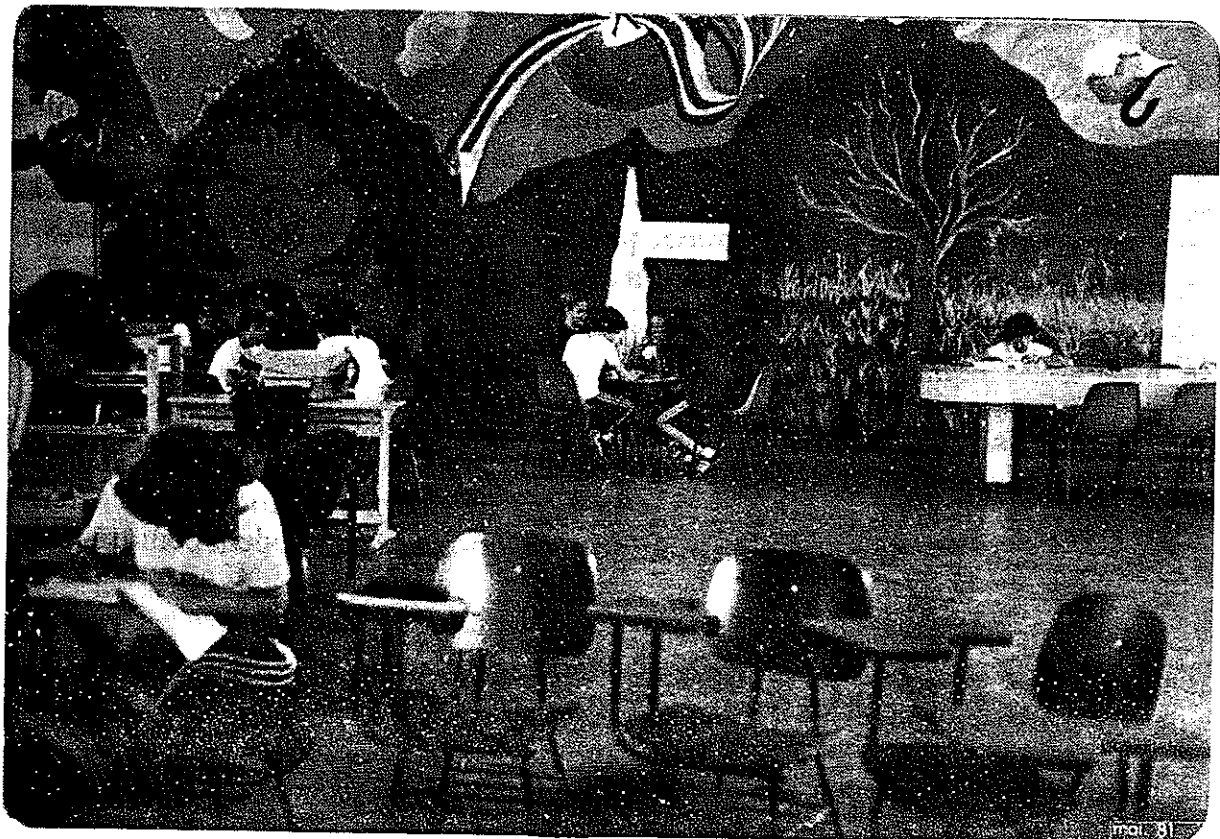
4.7.3 Instituições Auxiliares

A escola conta com o Centro Cívico Escolar que, conforme já foi esclarecido, rege-se por estatuto próprio (anexo nº 3).

Outra instituição consiste na Associação de Pais e Mestres que se denomina “Associação Escola e Lar” e é regida por estatuto aprovado pela Congregação da Faculdade de Educação (anexo nº 8).



Instituições Auxiliares: Centro Cívico Escolar



Instituições Auxiliares: Centro Cívico Escolar

4.8 Estágio

Um dos objetivos da EA é o de proporcionar estágio a alunos da FEUSP, o que vem sendo feito desde que ela assumiu o caráter de escola de aplicação. Contudo, constatou-se em 1976 a necessidade de regulamentar as condições de estágio a fim de que ele pudesse ocorrer de modo sistemático e rotineiro com base numa real integração de esforços desta escola e dos professores de Práticas da FEUSP.

Com esse propósito, foi estabelecido um conjunto de normas que, aprovado pelo Diretor da FEUSP e pelo Chefe do Departamento de Metodologia, orientam as atividades de estágio desde o seu planejamento até a sua avaliação a saber:

“Caberá à Escola de Aplicação:

- apresentar aos alunos da FEUSP, o plano de trabalho da EA de modo a esclarecê-los sobre as condições de realização do estágio;
- orientar, acompanhar e controlar as atividades dos estagiários;
- apresentar aos professores responsáveis pelo estágio, no final das atividades, avaliação da atuação dos estagiários.

Caberá à Coordenadoria de Estágios do Departamento de Metodologia da FEUSP:

- receber as inscrições dos candidatos a estágio;
- estabelecer os horários a serem cumpridos pelos estagiários, ouvida a EA.

Caberá ao professor responsável pelo estágio:

- participar da elaboração do plano de estágio da Escola de Aplicação;
- participar das atividades de orientação, acompanhamento e controle dos estagiários;
- avaliar com a Escola de Aplicação o plano de estágio e a atuação dos estagiários.

Caberá ao estagiário:

- entrar em contato com a Coordenação Técnica para receber orientação para elaboração e execução de planos de trabalho;
- cumprir o horário de entrada e saída;
- permanecer o período completo em sala de aula, quando o estágio for de participação em classe;
- apresentar e discutir com a Escola de Aplicação, ao final do estágio, o relatório de suas atividades.

Plano para o estágio:

Está prevista a atuação de estagiários nas seguintes atividades:

I. Participação em sala de aula

a) de 1ª a 4ª série

- atividades dirigidas pelo professor regente da classe
- recreio dirigido
- atividades na área de Educação Artística
- atividades de biblioteca

b) de 5ª a 8ª série

- atividades dirigidas pelo professor regente nas seguintes disciplinas:

Português, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, Inglês, Francês, Educação Artística;

II. Outras atividades

- recuperação de alunos;
- clubes de Francês e de Inglês;
- coral;
- Centro Cívico;
- atividades junto ao setor administrativo da Escola;
- atividades junto ao setor de Coordenação Técnica da Escola”.

O estágio assim proposto atingiu nesses quatro anos um nível razoável de desenvolvimento sendo que a EA atendeu a um considerável número de estagiários tanto do curso de Pedagogia (Metodologia, Prática, Habilitações em Administração Escolar e Supervisão de Ensino) como dos cursos de licenciatura – Educação Física, Inglês, Francês, Língua Portuguesa, Ciências Sociais, História, Geografia, Ciências e Matemática.

Não se atendeu à totalidade dos estagiários devido a uma série de fatores sendo os principais: a) em relação aos estagiários: impossibilidade de realizarem estágio na escola ou por falta de tempo, no caso dos que trabalham durante o dia e estudam à noite, ou por não disporem de horário compatível com o horário da escola. Além disso, há os estagiários que preferem estagiar em escolas que exercem pouco ou nenhum controle sobre as suas atividades; b) em relação à escola: dado o número reduzido de classes, não haveria condições para atender a todos os estagiários num mesmo período do ano e a necessidade de redistribuir esse período entre os candidatos leva alguns deles a desistirem do estágio pelo receio de não cumpri-lo em tempo hábil; c) em relação aos professores de Prática: alguns desses professores não dispõem de tempo suficiente para planejarem e acompanharem o estágio juntamente com a escola, segundo as normas de estágio.

Mesmo assim, o estágio vem assumindo um caráter de rotina sendo razoável em termos de atendimento e das atividades desenvolvidas.

4.9 Projetos de Estudo

Ao lado da programação comum, são desenvolvidos alguns projetos com o objetivo de verificar a viabilidade de proposições julgadas favoráveis à melhoria do ensino.

Em 1976, foi executado um Projeto de Alfabetização, sob os auspícios de convênio firmado entre a Universidade de São Paulo e o Ministério da Educação.

O objetivo desse projeto foi o de testar na prática a idéia de que a alfabetização não é uma questão de método e sim, de coerência do plano de alfabetização com a estrutura da língua a ser ensinada. Se considerada válida essa idéia, o projeto poderia contribuir para o ensino da leitura e da escrita em diversos níveis, a saber: a) os cursos de treinamento de alfabetizadores deveriam se propor mais a dar informações sobre a Língua Portuguesa do que sobre métodos e técnicas de ensino; b) o planejamento da alfabetização seria mais produtivo se se limitasse à organização de uma estrutura vocabular que contivesse numa sequência lógica, as características e as dificuldades da língua, principalmente as de natureza fonética e fonológica; c) o acompanhamento e o controle do processo da alfabetização deveriam ter como ponto de referência essa estrutura vocabular. Ao mesmo tempo, ter-se-ia nessa própria estrutura a base para avaliar o aproveitamento do aluno e, inclusive, para decidir sobre a sua aprovação ou reprovação.

Em síntese, a idéia foi a de que uma simples organização da língua em sua estrutura — 1ª e 2ª articulações — seria suficiente para a alfabetização tanto em termos de seu planejamento como de sua execução e avaliação. Se considerada válida a idéia, poder-se-ia propô-la não só a nível de unidade escolar como em âmbito nacional. A fim de que o projeto atingisse maior abrangência foram nele incluídas escolas da rede estadual, localizadas em zonas periféricas.

A duração da sua execução e avaliação foi de dois anos (1976 e 1977). Os resultados foram satisfatórios, devendo-se considerar entretanto, que a única variável controlada foi a do processo da alfabetização em si.

Conforme dispunha o Convênio, enviou-se um relatório circunstanciado desses resultados ao Ministério da Educação sendo que até esta data não se sabe de nenhum pronunciamento desse órgão a respeito.

Por outro lado, esse projeto contribuiu para os cursos de treinamento promovidos pela Secretaria de Educação do Estado, os quais vêm enfatizando, desde 1978, estudos de Língua Portuguesa e, ao mesmo tempo, vêm orientando os planos de alfabetização nas mesmas linhas do projeto.

A EA participou dessas atividades através de cursos de treinamento desenvolvidos pelo PRONTEL SE de São Paulo e apresentados pela TV Cultura Canal 2 e pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas com objetivo de treinar monitores para, num processo de multiplicação, atingirem a todos os professores de 1ª série.

A participação da EA constou de elaboração de documentos e "dossiês" contendo informações básicas relativas à alfabetização e de monitoria em cursos de treinamento de Coordenadores Pedagógicos da rede oficial de ensino.

Além disso, vêm se expandindo as idéias do referido projeto junto à Secretaria de Educação Estadual de Mato Grosso do Norte e à Secretaria de Educação Municipal de Belém do Pará sendo que um elemento desta escola tem sido enviado, a pedido, a essas Secretarias desde 1978. Essa expansão ocorreu em termos de assessoria a técnicos das referidas Secretarias, de planejamento e monitoria em cursos de treinamento de professores e de orientação aos professores para a elaboração de suas próprias cartilhas.

Convém ressaltar que o projeto descrito constituiu uma complementação de um projeto iniciado em 1968 pela Secretaria de Educação deste Estado e que por motivos desconhecidos não foi retomado pelos governos posteriores.

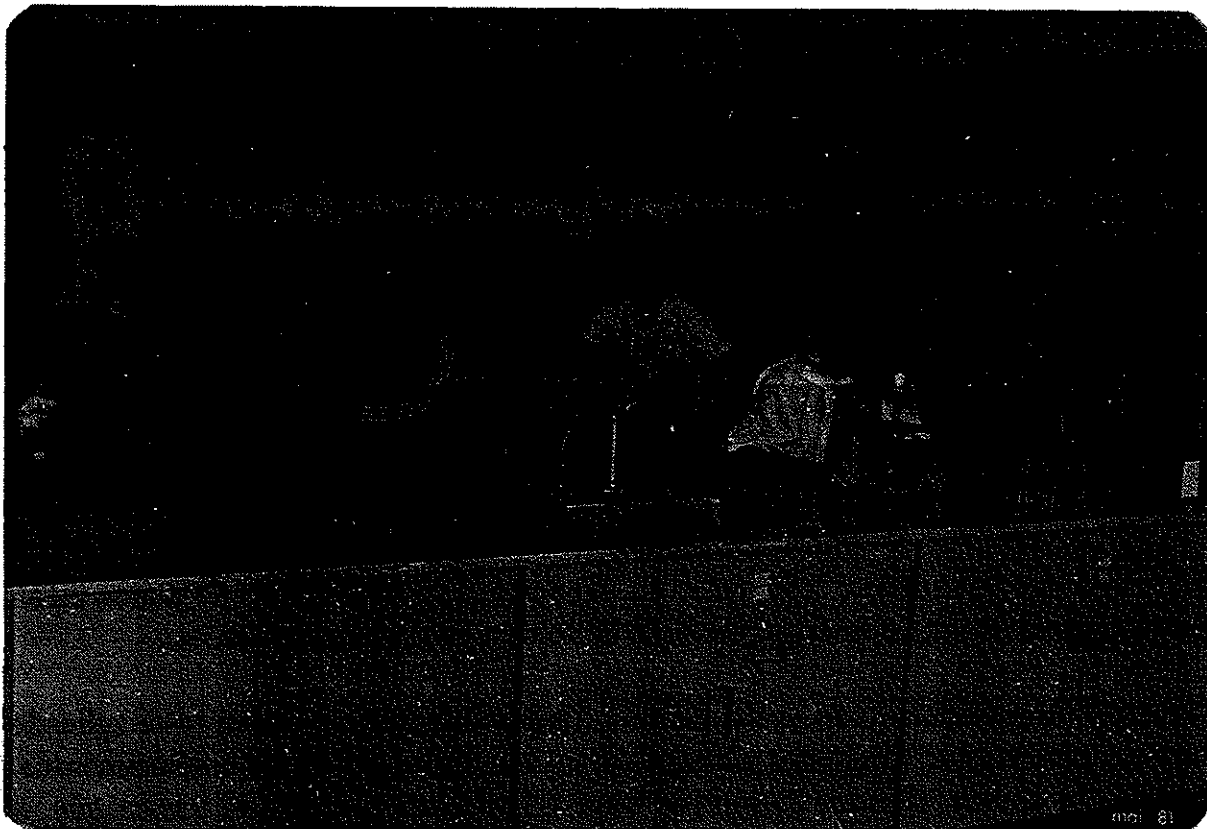
Outro projeto que vem sendo desenvolvido pela escola refere-se à proposição de programas de Língua Portuguesa para classes de 2ª a 4ª série cuja característica consiste numa forma de organização que propicie o alcance de três objetivos considerados relevantes: a) despertar e manter o gosto pela leitura; b) aperfeiçoar a capacidade de leitura oral e escrita e c) desenvolver a capacidade de redação.

Desta forma, os programas constam, fundamentalmente, da indicação de livros da literatura infanto-juvenil os quais constituem fonte de leituras intensivas e, ao mesmo tempo, de atividades de redação. Foram abolidas a adoção de livros didáticos e a proposição de estudos sistemáticos de gramática que tradicionalmente são incluídos nos programas de Língua Portuguesa.

Esse projeto vem sendo desenvolvido desde 1977 e os resultados podem ser considerados satisfatórios. Quanto à sua expansão, a escola tem conhecimento de que a Secretaria de Educação do Estado vem propondo, desde 1979, programas semelhantes ao descrito. Não se sabe, entretanto, se esse procedimento decorreu do relatório do projeto enviado a essa Secretaria no final de 1979 ou se se trata de mera coincidência.

No Estado do Pará, prevê-se a expansão dessa experiência sendo que a EA enviou, em 1980, a pedido da Secretaria Municipal de Educação de Belém um elemento que elaborasse, juntamente com o pessoal técnico daquela Secretaria, um anteprojeto com objetivos semelhantes aos do projeto descrito.

Finalmente, a escola vem desenvolvendo, desde 1979, na área de Ciências, um Projeto de Educação Ambiental proposto porque embora questões de educação ambiental sejam uma preocupação que permeia todo desenvolvimento do Programa de Ciências Físicas e Biológicas em face do agravamento da deterioração do meio ambiente, resolveu-se dar ênfase ao assunto por meio de um projeto específico.



Laboratório de Ciências

O projeto foi desenvolvido no 4º bimestre de 1980, destinou-se aos alunos de 5ª série e teve como principal objetivo proporcionar estudos que visassem a dar aos alunos:

- a) noções sobre as interrelações biofísicas do meio ambiente;
- b) condições para a identificação de alguns problemas e suas implicações com relação à saúde, economia e cultura;
- c) consciência de sua possibilidade de participação nas medidas de controle para a manutenção do meio ambiente sadio.

Conteúdo: Constatou como tema central a Água, um dos itens do programa das 5ªs séries. Especificamente, o conteúdo abrangeu o estudo da água em relação a:

- interrelação biofísica no meio ambiente:
 - noção de ecossistema
 - cadeia alimentar
 - água na constituição dos seres vivos

- recursos naturais:
 - ciclo da água na natureza
- poluição:
 - os esgotos industriais e domésticos
- higiene e saúde:
 - tratamento da água para alimentação
 - problemas e soluções numa perspectiva histórica.

Procedimentos: excursões; atividades em laboratório; levantamento de dados informativos em livros, jornais e revistas; projeção de filmes; palestras e discussões.

Avaliação: A avaliação do aproveitamento foi realizada por meio de um teste aplicado ao final do projeto. Os resultados obtidos foram comparados com os conhecimentos anteriores dos alunos, aferidos de um pré-teste. Esses resultados demonstraram que, além da ampliação de conhecimentos, houve grande interesse dos alunos, o que foi demonstrado pela busca espontânea de informações complementares e leituras de textos, além dos indicados, sobre os temas estudados.

À vista dos resultados obtidos e dada a reconhecida importância da educação ambiental, decidiu-se integrar o conteúdo do projeto na programação normal das 5^{as} séries a partir de 1981. Esse conteúdo poderá ser ampliado no sentido de abranger outros temas relacionados com a educação ambiental.